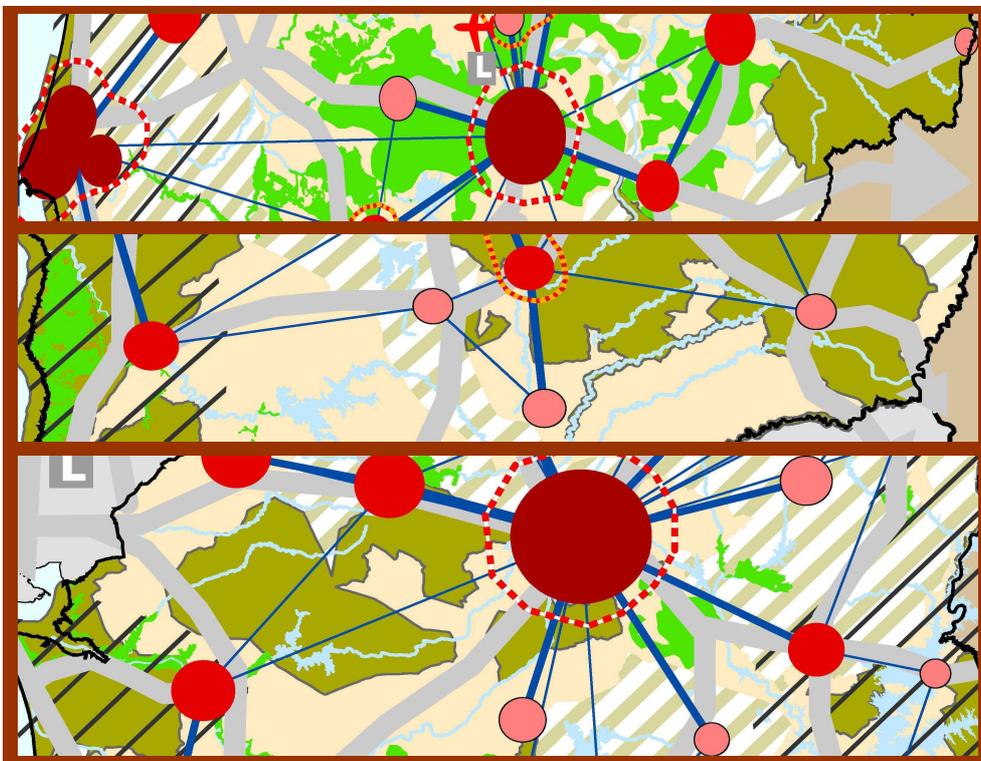


DIAGNÓSTICO REGIONAL



Novembro 2007

INDICE

I.	NOTA INTRODUTÓRIA	3
II.	A AFIRMAÇÃO EXTERNA DA REGIÃO	5
III.	DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO REGIONAL	10
IV.	DIAGNÓSTICO INTEGRADO DO DOMÍNIO DAS ESTRUTURAS AMBIENTAIS	25
V.	DIAGNÓSTICO INTEGRADO DO DOMÍNIO DAS INFRA-ESTRUTURAS E REDES DE SUPORTE	34
VI.	DIAGNÓSTICO INTEGRADO DO DOMÍNIO DAS ACTIVIDADES AGRO-FLORESTAIS E DESENVOLVIMENTO RURAL	43
VII.	DIAGNÓSTICO INTEGRADO DO DOMÍNIO DAS ESTRUTURAS SOCIO-ECONÓMICAS E ACTIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS	52
VIII.	DIAGNÓSTICO INTEGRADO DO DOMÍNIO DO SISTEMA URBANO E MODELO DE POVOAMENTO	66

I. NOTA INTRODUTÓRIA

- 1.** O presente relatório constitui o documento de Diagnóstico Prospectivo Regional, elaborado no âmbito dos trabalhos do PROT Alentejo. O Diagnóstico Prospectivo Regional constitui o documento que reúne os elementos fundamentais de diagnóstico e, como tal, tornou-se o quadro de referência e de suporte aos trabalhos posteriores do PROT. O seu objectivo é o de estabelecer as grandes questões que, em cada domínio de análise e no conjunto da região, foram consideradas como as questões principais a atender na elaboração do Plano e no processo de discussão empreendido.
- 2.** Este documento de diagnóstico é composto por duas secções fundamentais:
 - a) A primeira diz respeito ao capítulo do Diagnóstico Prospectivo Regional que sistematiza de forma fundamentada os elementos considerados fundamentais para um diagnóstico da região numa perspectiva integrada de ordenamento e desenvolvimento territorial,
 - b) A segunda secção respeita ao conjunto dos cinco Diagnósticos Integrados por Domínio que estabelecem, numa óptica sectorial e integrando a dimensão territorial de análise, os elementos de diagnóstico que resultam da integração dos diagnósticos elaborados ao nível das componentes (ver tabela abaixo).
- 3.** Quer os elementos de Diagnóstico Prospectivo Regional, quer os dos Diagnósticos Integrados por Domínio, encontram-se organizados em cinco categorias: Potencialidades Estratégicas Regionais, Factores de Estrangulamento, Tendências Pesadas, Tendências Emergentes e Desafios e são complementados por elementos gráficos de apoio.
- 4.** A Tabela 1, que se apresenta de seguida, resume a estrutura temática e sectorial que foi utilizada na elaboração dos trabalhos de diagnóstico do PROT.

Tabela 1 - Organização dos Trabalhos de Diagnóstico por Domínios e Componentes

DOMÍNIO SECTORIAIS / TEMÁTICOS	COMPONENTES
Estruturas Ambientais	<p>Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental</p> <p>Recursos Hídricos</p> <p>Riscos Naturais e Tecnológicos/Protecção Civil</p>
Sistema Urbano e Modelo de Povoamento	<p>População</p> <p>Saneamento</p> <p>Uso do Solo e Gestão Urbanística</p> <p>Redes de Equipamentos de Educação, Saúde e Apoio Social</p> <p>Património Cultural e Equipamentos e Serviços de Cultura</p> <p>Sistema Urbano e Modelo de Povoamento</p>
Infra-estruturas e Redes de Suporte	<p>Acessibilidades e Transportes</p> <p>Sistema Aeroportuário</p> <p>Sistema Logístico Regional</p> <p>Energia; rede de infra-estruturas e eficiência energética</p> <p>Tecnologias de Informação e Comunicação: infra-estruturas, serviços e usos,</p>
Actividades Agro-florestais e Desenvolvimento Rural	<p>Agricultura, Pecuária e Floresta</p> <p>Agro-Indústrias</p> <p>Desenvolvimento Rural</p>
Estrutura Sócio-Económica e Actividades Não Agrícolas	<p>Recursos Humanos, Emprego e Desemprego</p> <p>Pescas e Aquicultura</p> <p>Indústria Extractiva</p> <p>Actividades Industriais</p> <p>Comércio e Serviços</p> <p>Turismo</p> <p>Infra-estruturas do Conhecimento</p>

II. A AFIRMAÇÃO EXTERNA DA REGIÃO

Os territórios que maximizam as suas competências têm maior probabilidade de sobreviver e afirmar-se num mundo cada vez mais global. Para terem êxito, os territórios, tal como as pessoas e as empresas, têm de ousar ser diferentes e expressar a sua própria individualidade. A autenticidade e a originalidade vão ser no futuro a expressão do sucesso.

Num contexto de forte globalização, as especificidades das cidades e das regiões, mais concretamente das suas estruturas económicas, do seu capital humano e social, dos esquemas de relacionamento institucional que desenvolvem e do valor patrimonial ambiental ou urbano que conservam, vão ser determinantes na construção de uma diferenciação e especialização regional.

Nesse sentido, é fundamental começarmos por tentar sintetizar alguns factores que diferenciam o Alentejo nas escalas Nacional, Transfronteiriça-Ibérica, Europeia e Mundial. É isso que o distingue, e possivelmente o futuro irá ser construído a partir dessa identidade própria e dessa combinação de recursos. A exclusividade e a afirmação externa são os fundamentos para a construção de uma estratégia diferencial.

Nesta dimensão, a Região não pode deixar de ter uma função, ou melhor, um projecto integrador de afirmação externa, que lhe permita explorar espaços de complementaridade fundamentais. Nesta escala geoestratégica é crucial a afirmação de uma “cultura territorial” e de uma lógica de especialização e cooperação.

Na Europa tem-se vindo a registar uma forte preferência por locais de Sol para a aquisição de segundas residências e para longas permanências. A singularidade da paisagem urbana e natural, a identidade sócio-cultural, o estado de conservação do património natural, os valores paisagísticos e biofísicos da costa litoral, o valor dos sistemas culturais mediterrâneos, a qualidade dos produtos regionais e a projecção da cidade patrimonial constroem uma combinação única à escala nacional e europeia.

Por outro lado, a produção agrícola, o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, o Porto e a Plataforma Industrial de Sines, o aeroporto de Beja, os recursos extractivos e a cortiça, e a emergência do corredor Lisboa-Évora-Madrid e Sines-Beja-Ficalho-Espanha conjugam-se também na afirmação externa da região do Alentejo.

Tabela 2 - Factores (Existentes e Previstos) de Afirmação supra-regional do Alentejo¹

FACTORES DE AFIRMAÇÃO DA REGIÃO	ESCALAS DE AFIRMAÇÃO			
	NACIONAL	TRANSFRONTEIRIÇA - IBÉRICA	EUROPEIA	MUNDIAL
PAISAGEM E MODELO DE POVOAMENTO	*			
RESERVA DE ÁGUA DE ALQUEVA	*	*	*	
PATRIMÓNIO NATURAL CLASSIFICADO	*	*	*	*
ZONA COSTEIRA	*	*	*	
RECURSOS EXTRACTIVOS	*	*	*	
PORTO DE SINES	*	*	*	
PLATAFORMA INDUSTR. LOGÍSTICA DE SINES	*	*		
AEROPORTO DE BEJA	*	*		
CORREDOR LISBOA – ELVAS – MADRID	*	*	*	
CORREDOR SINES–BEJA–ANDALUZIA	*	*		
PRODUÇÃO AGRÍCOLA	*			
SISTEMAS CULTURAIS MEDITERRÂNICOS	*	*	*	
PRODUTOS REGIONAIS	*	*	*	*
PATRIMÓNIO CULTURAL E URBANIDADE	*	*	*	*

NOTA: As estrelas com cor clara assinalam que apenas alguns produtos, nomeadamente, cortiça, e algumas cidades, habitats e espécies do património natural, se afirmam às escalas indicadas.

¹ - Esta tabela está sujeita a eventual revisão decorrente, nomeadamente, de uma reavaliação posterior das *Escalas de Afirmação*, na sequência dos encontros de trabalho com as entidades responsáveis pela gestão e desenvolvimento de algumas da infra-estruturas aqui referidas.

Factores de Afirmação da Região

PAISAGEM E MODELO DE POVOAMENTO - A paisagem alentejana distingue-se, no contexto nacional, pela extensão e harmonia da paisagem, fruto da grande uniformidade das planícies, da dimensão da propriedade, do sistema de culturas, da baixa densidade demográfica e do modelo de povoamento. O bom relacionamento cénico entre o património edificado e os espaços naturais envolventes contribuem para a singularidade deste território. A qualidade ambiental e o clima quente e seco sustentam a manutenção desta originalidade.

RESERVA DE ÁGUA ESTRATÉGICA DE ALQUEVA - A reserva estratégica de água proporcionada pela albufeira de Alqueva, com um perímetro de 1100km, constitui o maior lago artificial da Europa, inundando, em pleno armazenamento, uma área de 250km² ao longo de um troço de 83km do rio Guadiana. Esta albufeira e o sistema de distribuição de água a ela associado, ao garantirem, em períodos de escassez de recursos hídricos, o abastecimento de água aos diversos usos numa parte considerável do sul do território português e da zona fronteiriça espanhola, assumem uma importância determinante no contexto nacional e ibérico. Por outro lado, a concretização do sistema de rega permitirá duplicar a área de regadio público nacional infra-estruturado com investimento do Estado. O Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, nas suas diversas valências (abastecimento público, agricultura, indústria, energia, turismo), foi concebido como um instrumento de intervenção numa área importante do Alentejo, com o objectivo de contribuir para a revitalização e dinamização da actividade económica nesta região e para a fixação das respectivas populações.

PATRIMÓNIO NATURAL - Ao considerar cerca de um quarto do território do Alentejo com potencial para integrar a rede europeia de conservação da natureza (Rede Natura 2000), esta região ganha um relevância nacional e internacional. A existência, nesta região, de algumas das espécies mais ameaçadas da Europa e do Mundo (lince-ibérico, saramugo, aves estepárias) a par de habitats de relevância europeia e mundial, como o caso de algumas zonas húmidas inscritas na Convenção de Ramsar (estuário do Sado e lagoas de Santo André e da Sancha) cujo estado de conservação é ainda assinalável, concorrem para a notoriedade do Alentejo numa escala internacional.

ZONA COSTEIRA - A zona costeira alentejana é, actualmente, no contexto europeu, um dos melhores exemplos de litoral com vocação turística, onde se tem conseguido preservar os valores paisagísticos e biofísicos. Numa extensão de cerca de 175Km, apresenta uma considerável diversidade de ambientes costeiros, sendo de considerar a presença de extensos areais limitados por cordões dunares e de arribas alcantiladas, onde se encaixam pequenas praias, de estuários e de lagoas costeiras. A fraca urbanização deste litoral contribui para a singularidade desta parcela de costa portuguesa.

RECURSOS EXTRACTIVOS - Em termos nacionais, o Alentejo é muito representativo no contexto da extracção das rochas ornamentais, no que se refere ao volume extraído e ao seu valor. Relativamente à faixa piritosa ibérica o Alentejo tem uma das mais ricas reservas mundiais de sulfuretos polimetálicos.

PORTO DE SINES - O Porto de Sines tem relevância a nível nacional e ibérico por possuir condições físicas de excelência (porto de águas profundas com fundos de serviço equivalentes aos portos espanhóis de Algeciras e Valência e superiores aos dos restantes portos portugueses), por possuir uma forte especialização em produtos energéticos (importação de petróleo e derivados, carvão e gás natural liquefeito), por ser o que mais carga movimenta em Portugal (25 milhões de toneladas em 2005, cerca de 40% do total dos portos nacionais) e por deter também uma posição geoestratégica privilegiada relativamente ao cruzamento das grandes rotas mundiais Norte-Sul e Este-Oeste de transporte marítimo.

PLATAFORMA INDUSTRIAL E LOGÍSTICA DE SINES - A Plataforma Industrial e Logística de Sines possui uma posição relevante a nível nacional, por estar dotada de grandes empreendimentos industriais relacionados com a petroquímica, refinação de petróleo e produção de energia eléctrica e dispõe de amplas áreas especialmente vocacionadas para o acolhimento de actividades industriais, logísticas e de serviços, as quais poderão evoluir até uma ocupação total de mais de 2000 ha; a estes factores junta-se também o facto de já estarem presentes no Porto de Sines operadores de projecção internacional.

AEROPORTO DE BEJA – A abertura das actividades de aviação comercial no Aeroporto de Beja cria uma importante plataforma de conectividade internacional, com uma área de influência (a *catchment area*) incidindo sobre o sul do país e a faixa transfronteiriça, constitui um factor novo de dinamização e diversificação de actividades económicas com potencial exportador, nomeadamente, para a actividade turística. O Aeroporto de Beja, beneficiando da sua localização no cruzamento dos eixos rodoviários nacionais IP8 e IP2, contribui de forma bastante significativa para o reforço do posicionamento da cidade de Beja no sistema logístico regional e na sua relação com o território do Algarve e da Andaluzia.

CORREDOR LISBOA – ELVAS - MADRID - O atravessamento do Alentejo, nomeadamente da sua sub-região central, pelo corredor rodo-ferroviário ibérico Lisboa-Madrid, que decorre do posicionamento geográfico da região, materializa a mais importante ligação entre as duas capitais da Península Ibérica e integra-se nos eixos internacionais estruturantes do sudoeste europeu, possuindo, portanto uma grande importância às três escalas: nacional, ibérica e europeia.

CORREDOR SINES – BEJA – ANDALUZIA – Este eixo rodoviário cria uma importante ligação entre a costa alentejana e a província espanhola da Andaluzia potenciando, desta forma, o raio de influência das actividades ali localizadas a esta área do sul do território espanhol. A sua importância no quadro do sistema logístico regional é reforçada pela estreita articulação que estabelece com o serviço prestado pelo Aeroporto de Beja, bem como pelo cruzamento que cria com o IP2.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA – A produção agrícola tem um peso significativo na estrutura de produção da Região e coloca o Alentejo com um dos espaços de maior relevância agrícola do País, constituindo-se como um dos elementos primordiais para o desenho de uma estratégia de desenvolvimento regional, destacando-se sobretudo pela boa qualidade dos produtos obtidos que constitui a chave fundamental para obter produtos agro-alimentares de qualidade reconhecida a nível nacional e europeu.

SISTEMAS CULTURAIS MEDITERRÂNICOS - Os sistemas culturais tradicionais do Alentejo têm como base as espécies características do clima mediterrânico, sobretudo o montado de sobro e azinho, caracterizam-se por serem ecologicamente equilibrados e de grande valor patrimonial, paisagístico e económico, conferindo uma singularidade única à paisagem, bem típica deste clima e potenciadora do desenvolvimento turístico, o que os destaca a nível do país e da Europa.

PRODUTOS REGIONAIS - Produtos com qualidade reconhecida (DOC, DOP, IGP, ETG) e boa imagem, aliados a um conceito de tradição e sustentados por sistemas de certificação, organismos de controlo e de apoio técnico, que lhe garantem credibilidade e lhe conferem visibilidade a nível nacional e europeu. Destaca-se, também, a cortiça de que o Alentejo é o maior produtor mundial e cuja qualidade é reconhecida internacionalmente.

PATRIMÓNIO CULTURAL E URBANIDADE O Património Cultural do Alentejo, seja material ou imaterial, apresenta uma grande riqueza e variedade, que o torna um factor fulcral na estratégia de desenvolvimento do território. A cidade de Évora, Património Mundial, distingue-se pela sua qualidade patrimonial e urbana, expressa na capacidade de atracção internacional (turismo cultural) e numa política de participação em redes de cidades europeias e internacionais. Mértola, alia a vertente de turismo cultural à vertente de Investigação e Desenvolvimento. A arquitectura e o urbanismo dos “conjuntos consubstanciam uma importante e distinta identidade e imagem urbana que constitui um recurso diferenciador. O Património Imaterial, com especial incidência para o Cante Alentejano apresenta, igualmente, fortes potencialidades no campo do desenvolvimento regional.

III. DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO REGIONAL

Potencialidades Estratégicas:

1. IDENTIDADE CULTURAL E PAISAGEM – a riqueza sócio-cultural da região, traduzida em múltiplas expressões culturais, práticas sociais e saberes tradicionais, na arquitectura e no urbanismo, consubstancia uma importante e distinta identidade regional que constitui um recurso de desenvolvimento e de coesão sócio-cultural. Em perfeita sintonia com a forte identidade cultural, a região do Alentejo, em consequência da sua posição biogeográfica e de uma ancestral intervenção humana que veio redesenhando a paisagem de forma progressiva mas bem adaptada aos constrangimentos ambientais, apresenta uma notável diversidade estrutural de biótopos e ecossistemas que se cruzam com as marcas do património histórico e artístico, também ele de grande riqueza e diversidade.

2. SISTEMAS CULTURAIS MEDITERRÂNEOS - Sistemas culturais mediterrânicos ecologicamente equilibrados e que têm suporte na exploração do montando de sobro e azinho e nos sistemas cerealíferos extensivos, de grande valor patrimonial, paisagístico, económico e ambiental, que desde logo garante uma posição cimeira ao Alentejo no seio da produção mundial de cortiça. Estes sistemas culturais possibilitam um bom desenvolvimento dos sistemas pecuários extensivos e da caça, bem como o aproveitamento das lenhas, das ervas aromáticas e medicinais e dos cogumelos. As condições edafo-climáticas regionais permitem a manutenção dos sistemas tradicionais de produção cerealífera e pecuária e adequam-se perfeitamente a produções mais competitivas e de grande interesse estratégico, como sejam: a vinha e o olival, as quais sustentam, por um lado, uma importante parcela do valor gerado pela agricultura contribuindo, por outro, para a manutenção de elevados padrões de qualidade ambiental do espaço rural, sobretudo como produtores de serviços ambientais (biodiversidade e sumidouros de carbono).

3. RECURSOS HÍDRICOS E E.F.M.A - Existência de recursos hídricos de superfície com importância estratégica, com uma equilibrada distribuição territorial, os quais, apoiados por redes de infra-estruturas adequadas, podem sustentar uma agricultura mais diversificada e competitiva e com produções de maior valor económico. A região já dispõe de importantes perímetros de rega em exploração e vê este factor estratégico significativamente potenciado pela entrada em funcionamento do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, o qual, pelas suas valências, pode servir como catalisador da modificação do modelo agrícola regional e como indutor de um processo de desenvolvimento rural sustentado na multifuncionalidade do espaço agrícola. A criação do novo plano de água e a dinamização das actividades turísticas na sua envolvente, constitui, também uma incontornável mais valia do projecto com efeitos potencialmente estruturantes na organização da actividade turística na região. É, contudo, necessário garantir adequados níveis de qualidade da água a fornecer para as diversas utilizações, compatíveis com custos economicamente comportáveis.

4. VALOR NATURAL DO LITORAL E ZONA COSTEIRA – Zona costeira com cerca de 175 km de

extensão, constitui um dos melhores exemplos do litoral bem conservado a nível europeu. Mantendo características biofísicas próximas das naturais e grande diversidade de ecossistemas. Nesta zona coexistem áreas de cordões dunares, lagunas costeiras e estuários, arribas alcantiladas e areníticas, que albergam importantes espécies biológicas. A avifauna, algumas comunidades vegetais e os valores paisagísticos justificaram a classificação da quase totalidade deste território como área protegida. A estas características alia-se a existência de valores patrimoniais, arqueológicos e arquitectónicos, de várias épocas históricas, desde a Idade do Ferro até à actualidade. As actividades piscatórias e a aquacultura devidamente enquadradas podem representar uma mais-valia económica e ambiental.

5. CIDADES EQUIPADAS E SEGURAS E QUALIDADE DOS CENTROS HISTÓRICOS - Os centros urbanos proporcionam uma qualidade de vida às populações residentes, fruto de uma razoável oferta de equipamentos e de infra-estruturas básicas, servindo uma significativa percentagem da população, próximo dos níveis de atendimento dos países mais desenvolvidos. A qualidade de vida urbana reflecte também bons níveis de segurança e de tranquilidade. Por seu lado, o valor patrimonial dos centros e núcleos históricos, constituindo um traço distintivo da região, reflectem a cuidada evolução dos tecidos urbanos e evidenciam o valor cultural, arquitectónico, arqueológico e artístico do edificado urbano, ligados a uma vivência urbana significativa e característica.

6. ESTRUTURA DE POVOAMENTO URBANO INDUTORA DE UMA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL - Uma estrutura de povoamento concentrada, facilitadora do ordenamento territorial e da dotação de infra-estruturas e equipamentos, revela-se fundamental na sustentabilidade dos territórios de baixa densidade.

7. RECURSOS EXTRACTIVOS - Em termos nacionais, o Alentejo é muito representativo no contexto da extracção das rochas ornamentais, no que se refere ao volume extraído e ao seu valor, tirando, assim, partido da disponibilidade de consideráveis reservas de mármore, granitos e bolsas xistosas. Relativamente à faixa piritosa ibérica o Alentejo tem uma das mais ricas reservas mundiais de sulfuretos polimetálicos.

8. RECURSOS ENERGÉTICOS ENDÓGENOS – A riqueza da região Alentejo relativamente aos recursos energéticos sol e ondas, assim como a sua potencial capacidade de produzir biomassa e biocombustíveis, tornam o Alentejo numa alavanca capaz de modernizar o sistema energético português, tão crítica e sistematicamente dependente dos tradicionais combustíveis fósseis (petróleo, gás natural e carvão). Atendendo às novas perspectivas das políticas nacionais e europeias de energia, os recursos disponíveis e as potencialidades que a região oferece neste domínio, podem constituir um factor de diversificação da base económica regional com particular importância na dinamização dos tecidos produtivos de zonas rurais. Relativamente à energia solar, as condições de excelência do Alentejo, associadas à presença das duas maiores centrais solares fotovoltaicas mundiais – Serpa e Moura -, reúnem condições de base para a promoção de um *cluster* de excelência nacional e internacional.

9. POSICIONAMENTO GEOGRÁFICO E ACESSIBILIDADES AO EXTERIOR – A região detém uma vantajosa posição geo-económica conferida, de forma conjugada, pela sua situação de fronteira com

a Área Metropolitana de Lisboa, pelo atravessamento do território regional por importantes corredores rodo e ferroviários de âmbito nacional, ibérico e europeu e, também, pela localização, em Sines, da mais importante plataforma portuária nacional com uma área de influência sobre o espaço ibérico e europeu. Esta rede de infra-estruturas irá ganhar uma importância acrescida após a construção da linha de alta velocidade ferroviária Lisboa-Madrid, das ligações rodo e ferroviária Sines-Évora-Elvas-Badajoz, da entrada em funcionamento do Aeroporto de Beja e da concretização do eixo rodoviário Sines-Beja-Ficalho (IP8).

Factores de Estrangulamento:

1. EROSIÃO DO SOLO E DESERTIFICAÇÃO - Existência de espaços muito degradados com elevados níveis de erosão devido a sobre-exploração e a práticas agro-silvo-pastoris desadequadas, bem como, à ocorrência de pressões significativas nas águas subterrâneas e superficiais a que acresce uma deficiente prevenção de riscos por parte das organizações e das populações. A estes factores associam-se a aleatoriedade dos factores climáticos e o ciclo biológico das plantas e animais, que condicionam muito determinadas produções e aumentam o risco de outras, e, em última análise, aumentam a susceptibilidade para a desertificação.

2. DIMENSÃO E ESTRUTURA DEMOGRÁFICA - Reduzida dimensão dos efectivos populacionais, em decréscimo continuado devido à existência de saldos fisiológicos negativos, que se generalizaram a toda a região e que se traduzem na incapacidade da população se auto-regenerar. No que se refere à estrutura demográfica, tem sido marcada por um processo de envelhecimento, derivado da redução contínua dos efectivos mais jovens, consequência dos baixos níveis da fecundidade e do aumento progressivo do número dos idosos, beneficiados pelo aumento da esperança de vida, o que se traduz numa reduzida disponibilidade de população em idade activa, em particular no Alto e Baixo Alentejo, o que constitui um factor acrescido de inibição competitiva;

3. POPULAÇÃO ACTIVA - A conjugação de uma estrutura populacional envelhecida com um padrão baixo do nível de habilitações escolares, manifesta-se num cenário de qualificação da população activa definido por um baixo nível de formação e de qualificação profissional, consubstanciado numa estrutura profissional da população empregada marcada pelo peso excessivo de activos em profissões com baixos níveis de qualificação e por uma importância reduzida dos quadros superiores e das profissões intelectuais e científicas.

4. DIMENSÃO PRODUTIVA DA REGIÃO - A região contribui, globalmente, com uma parcela pouco expressiva para o volume de produção nacional. Devido à fraca expressão e debilidade do tecido empresarial, o Alentejo, que representa cerca de um terço do território do Continente, tem menos de um por cento das empresas e produz cerca de quatro por cento da riqueza anualmente gerada no País. Os principais centros urbanos são centros de pequena dimensão económica o que constringe, quer à escala urbana, quer à escala regional, a obtenção de limiares de mercado capazes de gerarem, de forma endógena, dinâmicas de crescimento numa perspectiva de convergência nacional e europeia.

5. REDE VIÁRIA E SERVIÇOS DE TRANSPORTES – Persistência de grandes atrasos na concretização de alguns troços da rede viária fundamental (IP) e complementar (IC e Estradas Nacionais) previstos na rede estabelecida pelo PRN2000, verificando-se também uma deficiente articulação no desenvolvimento das redes viárias municipais. Por outro lado, o processo de despovoamento da Região tem sido acompanhado de uma degradação do serviço de transporte colectivo que é prestado aos centros urbanos de pequena dimensão mais afastados dos eixos viários principais, traduzindo-se no agravamento das assimetrias intra-regionais de mobilidade; esta situação determina uma forte dependência em termos de mobilidade de pessoas e mercadorias do meio de

transporte individual.

Tendências Pesadas

1. DESPOVOAMENTO RURAL E CONCENTRAÇÃO URBANA - Decréscimo dos efectivos demográficos, consequência da redução continuada dos níveis de fecundidade, que se verifica em simultâneo com o despovoamento rural, motivado pelo abandono das populações que residem nos lugares de menores dimensões, cada vez mais isolados na vastidão do território, e com a concentração das populações nos centros urbanos de maior dimensão ou importância administrativa.

2. AFIRMAÇÃO DOS PRINCIPAIS CENTROS URBANOS E DAS GRANDES INFRA-ESTRUTURAS COMO MOTORES DE CRESCIMENTO ECONÓMICO - As cidades e as grandes áreas urbanas, em particular, viram reforçadas, nas últimas décadas, as suas vocações como áreas geradoras de crescimento baseado na capacidade de produção de conhecimento, no potencial de inovação empresarial e comercial e no estabelecimento de redes empresariais e institucionais. Em contextos rurais ou de baixa densidade demográfica e económica, a estrutura urbana e o respectivo modo de funcionamento e organização, nomeadamente, no que se refere aos centros urbanos de média dimensão, emerge como uma infra-estrutura fundamental à sustentabilidade e ao dinamismo económico da respectiva região. Na perspectiva do desenvolvimento territorial, e no caso do Alentejo, esta *tendência pesada* faz destacar o papel a atribuir aos centros urbanos mais dinâmicos e com maior potencial, em termos sociais e económicos. Para além das cidades, também as grandes infra-estruturas de localização e de conectividade internacional oferecem condições vantajosas para a promoção de dinâmicas de crescimento de base territorial.

3. AMPLIAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA AML – A Área Metropolitana de Lisboa tem vindo a reforçar a sua posição, no território nacional, como área metropolitana de crescimento de nível europeu. Como tal, a sua zona de influência tem vindo a ultrapassar os seus limites administrativos, nomeadamente, sobre os territórios abrangidos pelos principais corredores rodoviários que ligam à AML. No caso do Alentejo, a sub-região do Alentejo Central tem registado de forma muito evidente este efeito, nomeadamente, nos municípios de Vendas Novas, Montemor-o-Novo e Évora com um acréscimo de empresas aí localizadas. Também na sub-região Alentejo Litoral são já visíveis a influência da AML quer do ponto de vista empresarial quer também do ponto de vista residencial. Esta dinâmica decorre directamente do efeito de proximidade e, simultaneamente, das boas acessibilidades à AML, o que, no contexto dos investimentos previstos no domínio das grandes infra-estruturas de localização empresarial na região, reforçará a atractividade dos dois eixos referidos.

4. CONSTITUIÇÃO, NA REGIÃO, DE PÓLOS TURÍSTICOS DE ÂMBITO NACIONAL: a recente identificação, no quadro do Plano Estratégico Nacional de Turismo, de dois pólos turísticos na região, numa óptica de desenvolvimento do turismo nacional e internacional, constitui um novo factor de importância estruturante nas dinâmicas e na alteração da organização funcional (com o desenvolvimento de novos produtos turísticos na região) e territorial do turismo na região. A consolidação destes dois pólos turísticos, através da concretização dos investimentos que estão em curso e previstos, conduzirá, por si só, a um aumento bastante significativo da actividade e dos fluxos turísticos na região levando, por um lado, a um reforço do posicionamento do sector no contexto da estrutura económica regional e, por outro, a um reforço da posição e notoriedade da região no

contexto da actividade turística nacional. O efeito indutor que os novos pólos turísticos terão sobre a restante actividade turística regional constitui um factor potencial de modernização e qualificação do sector turístico regional, nomeadamente, nos segmentos da animação e da restauração.

5. ALTERAÇÃO DOS SISTEMAS CULTURAIS - Condicionalismos impostos pela PAC, e pelas sucessivas reformas da mesma, que, entre outras medidas, ao desligar os apoios da produção e ao manter os apoios às vacas aleitantes e parcialmente aos ovinos e caprinos, irá induzir a substituição da área de culturas arvenses por culturas forrageiras e concomitantemente fomentar os sistemas de produção pecuária em regime extensivo. Paralelamente poderá conduzir a situações de abandono da prática agrícola em áreas determinadas, facto que terá efeitos marcantes ao nível do investimento e do agravamento da dinâmica empresarial do mundo rural, do envelhecimento gradual da população rural e, em última análise, do progressivo despovoamento do espaço rural.

6. VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO - Valorização crescente do património natural e cultural como suporte da atractividade regional, designadamente através da diversidade paisagística e qualidade ambiental e pela reabilitação dos centros históricos e conjuntos urbanos, recuperação de elementos patrimoniais e atribuição de novos usos ao edificado – equipamentos, serviços, turismo e lazer. Ao considerar cerca de um quarto do território do Alentejo com potencial para integrar a rede europeia de conservação da natureza (Rede Natura 2000), esta região ganha um relevância internacional, marcando uma etapa fundamental da sua valorização ao englobar a protecção dos ecossistemas e habitats naturais, ao ter em conta a contribuição das práticas humanas na constituição e na perenidade dos mesmos e permitindo a emergência do conceito de “paisagem cultural”, em que os elementos culturais e a natureza se unem, constituindo um factor essencial ao desenvolvimento sustentável.

7. VALORIZAÇÃO DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO E DA INTERMODALIDADE - Reforço da qualidade e da eficácia dos transportes no âmbito de uma política comum europeia que visa, até 2010, o reequilíbrio dos diversos modos de transporte através de uma política activa de revitalização do caminho-de-ferro (com liberalização do transporte ferroviário à escala europeia), de promoção do transporte marítimo e fluvial e do desenvolvimento da intermodalidade; estas políticas terão também repercussão no Alentejo, designadamente no sistema logístico e no transporte de passageiros e de mercadorias, devendo abrir novas oportunidades de investimento e agilizar a execução dos investimentos em acessibilidades já programados.

8. PROMOÇÃO DAS ENERGIAS LIMPAS – Decorrente da crescente pressão mundial para contrariar o aquecimento global verifica-se actualmente uma motivação política e económica generalizada para a produção de energia eléctrica limpa, sem emissões de CO₂. Nesse sentido irão ser fomentadas as condições, quer para a instalação de unidades centralizadas, quer para unidades descentralizadas de microgeração de energia eléctrica e térmica, baseadas em fontes renováveis (no Alentejo: solar, biomassa e ondas). Relativamente à energia solar, as condições naturais de excelência do Alentejo, associadas à presença das duas maiores centrais solares fotovoltaicas mundiais – Serpa e Moura – motivam fortemente um esforço agregado nacional e regional (empresas, poder local, instituições de investigação) de modo a desenvolver-se na região um cluster de excelências nacional e internacional.

9. ALTERAÇÃO DO CICLO DA ÁGUA - O impacto das alterações climáticas no ciclo da água faz-se sentir com particular acuidade na região Alentejo, quer do ponto de vista das disponibilidades (oferta), quer das necessidades de água (procura). No que respeita às disponibilidades, o aumento da temperatura, associado a uma diminuição da precipitação e a um aumento da evapotranspiração potencial, conduz a uma diminuição das mesmas. É de esperar um aumento de perdas de água por evaporação nas albufeiras e canais de irrigação e uma diminuição da recarga de aquíferos. A qualidade dos recursos hídricos pode ser afectada através da modificação do regime de precipitação e de escoamento, e do aumento da temperatura da água. Do lado da procura são de esperar alterações, sobretudo nos volumes de água necessários para a irrigação, mas também para a produção de energia. O aumento da intensidade e frequência de cheias e inundações pode resultar da concentração da precipitação nos meses de Inverno, bem como da subida do nível médio da água do mar, que provoca uma diminuição da capacidade de vazão dos troços de jusante dos cursos de água. As secas tendem a ser mais frequentes e mais prolongadas.

Tendências Emergentes:

1. PROCURA CRESCENTE DA REGIÃO PARA TURISMO E LAZER - Crescente procura regional para actividades de turismo e lazer, sendo de destacar, pelos impactes em termos de ordenamento do território, os projectos de empreendimentos turísticos de grande dimensão, alguns com forte componente imobiliária, localizados, sobretudo, na envolvente dos principais aglomerados urbanos e eixos de acessibilidade, designadamente, no Litoral Alentejano, na área envolvente de Alqueva e, também, na área envolvente de Évora. Esta pressão implica uma política urbanística sustentada e simultaneamente inovadora.

2. DIVERSIFICAÇÃO DA BASE PRODUTIVA REGIONAL - O Alentejo apresenta um conjunto de factores potencialmente favoráveis ao desenvolvimento, diversificação e inovação tecnológica da sua base económica, quer através da promoção de nichos de especialização produtiva, quer através da introdução de novas actividades servindo de base à expansão de novas fileiras produtivas. De acordo com as dinâmicas de investimento em curso na região, merecem particular destaque, nesta perspectiva, as iniciativas empresariais no domínio das produções agro-industriais, das produções no campo da aquicultura, das actividades turísticas e, ainda, das actividades emergentes nos sectores da aeronáutica, das energias renováveis, das TIC e das actividades culturais.

3. TRAJECTÓRIAS DIFERENCIADAS DE CRESCIMENTO AO NÍVEL SUB-REGIONAL – O Alentejo tem apresentado, na última década, um oscilante comportamento económico contido em intervalos de variação que confirma a situação de fragilidade económica regional. Em termos de PIB per capita e desde 1995, a trajectória do Alentejo dá-se em torno dos 80-85% da média nacional, o que é acompanhado pela manutenção de uma reduzida parcela de produção nacional gerada na região (em torno dos 4,5% do PIB do Continente). A região vem também perdendo em termos dos níveis de produtividade o que reflecte uma fragilização, de natureza qualitativa, do tecido produtivo. Verificam-se, contudo, em termos de crescimento económico e na dotação de factores de competitividade territorial, evoluções diferenciadas por parte das sub-regiões, o que denuncia a emergência de um quadro diferenciado de comportamento intraregional do ponto de vista do desenvolvimento económico.

4. REFORÇO DO SISTEMA URBANO REGIONAL - O sistema urbano regional é a estrutura de sustentabilidade e de garantia da coesão e da competitividade territorial. No Alentejo, a rede urbana estrutura-se num modelo policêntrico, através de alguma especialização funcional, mas ainda com níveis baixos de complementaridade interurbana. A tendência manifesta-se no sentido da dinamização de alguns eixos urbanos ou sub-sistemas interconcelhios, de forma a aumentar a massa crítica urbana e melhorar os níveis de gestão dos recursos.

5. PROCURA CRESCENTE DE RECURSOS HÍDRICOS - A procura crescente de recursos hídricos manifesta-se no aumento das necessidades de água para os diversos usos, nomeadamente abastecimento público, agricultura (regadio), indústria e turismo. Nos últimos anos, tem-se assistido, na região Alentejo, a um ligeiro crescimento demográfico em zonas urbanas e a um aumento da pressão turística no litoral, que constituíram os principais factores de pressão em termos de procura

crecente dos recursos hídricos. Esta tendência emergente assume particular importância na medida em que tem originado conflitos, em situações de escassez, entre os vários sectores utilizadores da água, com forte penalização para o sector agrícola, bem como problemas de sobre-exploração dos sistemas aquíferos, aumento da produção de águas residuais e uma certa degradação do estado da qualidade das águas superficiais e subterrâneas, interiores e costeiras, com implicações ao nível ambiental.

Desafios:

1. CRESCIMENTO ECONÓMICO E EMPREGO – A problemática do crescimento económico regional, vista numa perspectiva de incremento e qualificação da produção e do emprego regional, traduzida na necessidade de densificação do tecido empresarial na regional, é, de forma inequívoca, um dos aspectos centrais para a qual o modelo de ordenamento e desenvolvimento territorial terá de dar um importante contributo, em estreita associação com outros instrumentos de política de desenvolvimento económico e social. O desafio que se coloca a este nível, no contexto do Plano, é, por um lado, o estabelecimento de linhas gerais de orientação para o desenvolvimento territorial na base de uma visão integrada do território da região, e, por outro, a constituição de condições de organização territorial adequadas à promoção do crescimento e desenvolvimento empresarial e do emprego, promovendo, nomeadamente, as condições de atractividade empresarial e logística da região, tirando partido das vantagens regionais no domínio das grandes infra-estruturas e redes de acessibilidade e de conectividade nacional e internacional.

2. DEMOGRAFIA, POPULAÇÃO E RECURSOS HUMANOS – No contexto demográfico, os desafios que se colocam à região Alentejo, apontam para três vectores fundamentais: suster e inverter o decréscimo populacional, com reforço da atractividade territorial e promoção do tecido produtivo regional, de forma a permitir o reforço da dinâmica migratória de sinal positivo; promover a qualificação dos centros urbanos dotando-os de capacidades de retenção da população residente e, por último, incrementar os níveis de qualificação e de competências dos recursos humanos.

3. REFORÇO DOS PRINCIPAIS CENTROS URBANOS E NOVA RELAÇÃO URBANO - RURAL – Apostar no desenvolvimento numa inter-relação sinérgica urbano-rural, assumida como simbiose, numa perspectiva de coesão, integração e articulação territorial. Valorizar a importância do mundo rural não apenas enquanto espaço de fruição recreativa e cénica da população urbana mas, também, como garante do bom funcionamento dos processos ecológicos essenciais, de conservação da natureza, da biodiversidade e da sustentabilidade ambiental. Assim, o Alentejo tem de conseguir que o meio urbano e o meio rural, em interacção, sejam devidamente valorizados, tornando-os competitivos, através de uma melhor interacção entre os recursos arquitectónicos e culturais, predominantemente urbanos, e os processos produtivos e os processos naturais, predominantemente rurais.

4. CRIAR ESCALA E REFORÇAR AS RELAÇÕES COM EXTERIOR – A definição de um modelo de ordenamento e desenvolvimento do território para o Alentejo, impõe a necessidade de se intensificar a integração da região no contexto de redes extra-regionais e de reforçar as relações intra-regionais, promovendo o reforço da sua dimensão económica, o desenvolvimento das estruturas empresariais e a ampliação das respectivas escalas de influência. No mesmo sentido, as fragilidades demográficas, económicas e urbanas que caracterizam a região colocam como aspecto central do desenvolvimento da região a promoção de estratégias de cooperação municipal para o desenvolvimento (cooperação inter-urbana, intermunicipal e regional) ultrapassando os limites colocados pela reduzida dimensão sócio-económica dos concelhos na região.

5. IMPLEMENTAR UM MODELO DE TURISMO SUSTENTÁVEL – a região construiu nas últimas décadas uma forte e prestigiada imagem regional e afirma-se, no presente, como espaço qualificado para o desenvolvimento das actividades de turismo e lazer, fundado em condições de excelência ambiental, patrimonial e paisagística. As dinâmicas em curso do investimento empresarial no sector – pelo tipo, volume e impactes territoriais que pressupõem - vêm introduzir novos factores estruturantes de organização funcional e territorial da actividade turística na região do que resultará uma profunda alteração do mapa turístico regional, tal como actualmente é conhecido. A criação de condições de garantia de uma equilibrada e sustentada articulação do desenvolvimento do turismo com a preservação das características de biodiversidade, do património natural e cultural, no sentido da constituição de um modelo de desenvolvimento sustentável das actividades turísticas, constitui, assim, um desafio central do modelo territorial do Plano. O Alentejo pode tirar partido da boa imagem e supremacia qualitativa dos seus produtos, aliada ao aparecimento de novos nichos de mercado e à crescente procura nacional e internacional para produtos de qualidade seguros e saudáveis. Compatibilizando a protecção dos valores ambientais e culturais com o desenvolvimento de uma fileira de produtos turísticos de qualidade, o Alentejo apresenta condições singulares para consolidar o turismo, como um cluster económico estratégico, afirmando-se como um dos principais destinos turísticos de excelência a nível nacional.

6. GARANTIR ADEQUADOS NÍVEIS DE COESÃO TERRITORIAL INTERNA – As sub-regiões do Alentejo registaram ao longo da última década trajectórias diferenciadas no capítulo do crescimento económico, do emprego e da competitividade territorial. Neste quadro, é manifesto o comportamento destacado do Alentejo Central (numa trajectória ascendente) relativamente às restantes sub-regiões. Por outro lado, o padrão de localização das grandes iniciativas de investimento público e privado – programado e previsto – determina uma diferenciada incidência geográfica no seio da região. Alguns zonas surgem com uma posição periférica relativamente aos pólos e eixos de gravitação destas dinâmicas empresariais e medidas de organização do território regional, sendo de assinalar a posição desfavorável de territórios do norte alentejano bem como de zonas mais a sul e sudeste da região. Neste contexto, e no sentido de garantir um adequado nível de coerência na organização e desenvolvimento do território regional, o objectivo da coesão territorial deverá informar, de forma inequívoca, o programa de desenvolvimento e ordenamento territorial a propor pelo Plano.

7. PRESERVAR E VALORIZAR O PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL - Preservação e valorização do património natural e cultural como um recurso identitário, social e de desenvolvimento, através da definição de uma estratégia regional. A melhoria da qualidade de vida no território, o bem-estar das comunidades, deve ser consequência do cuidado na preservação dos recursos naturais e na manutenção da identidade sócio-cultural regional. Uma das formas de alcançar este objectivo é garantir que, no meio rural, seja obtido valor sob a forma de competitividade, ao integrar os processos produtivos e os processos naturais, diferenciando e valorizando os produtos que contribuam para a conservação dos ecossistemas. É fundamental desenvolver e fortalecer as iniciativas já existentes (com resultados positivos) no âmbito do turismo e da agricultura sustentáveis.

8. POTENCIAR AS GRANDES INFRA-ESTRUTURAS - Potenciar as grandes infra-estruturas existentes e programadas, conseguindo uma eficaz articulação funcional da base económica regional com os grandes projectos estruturantes, designadamente a alta velocidade ferroviária, a nova linha de

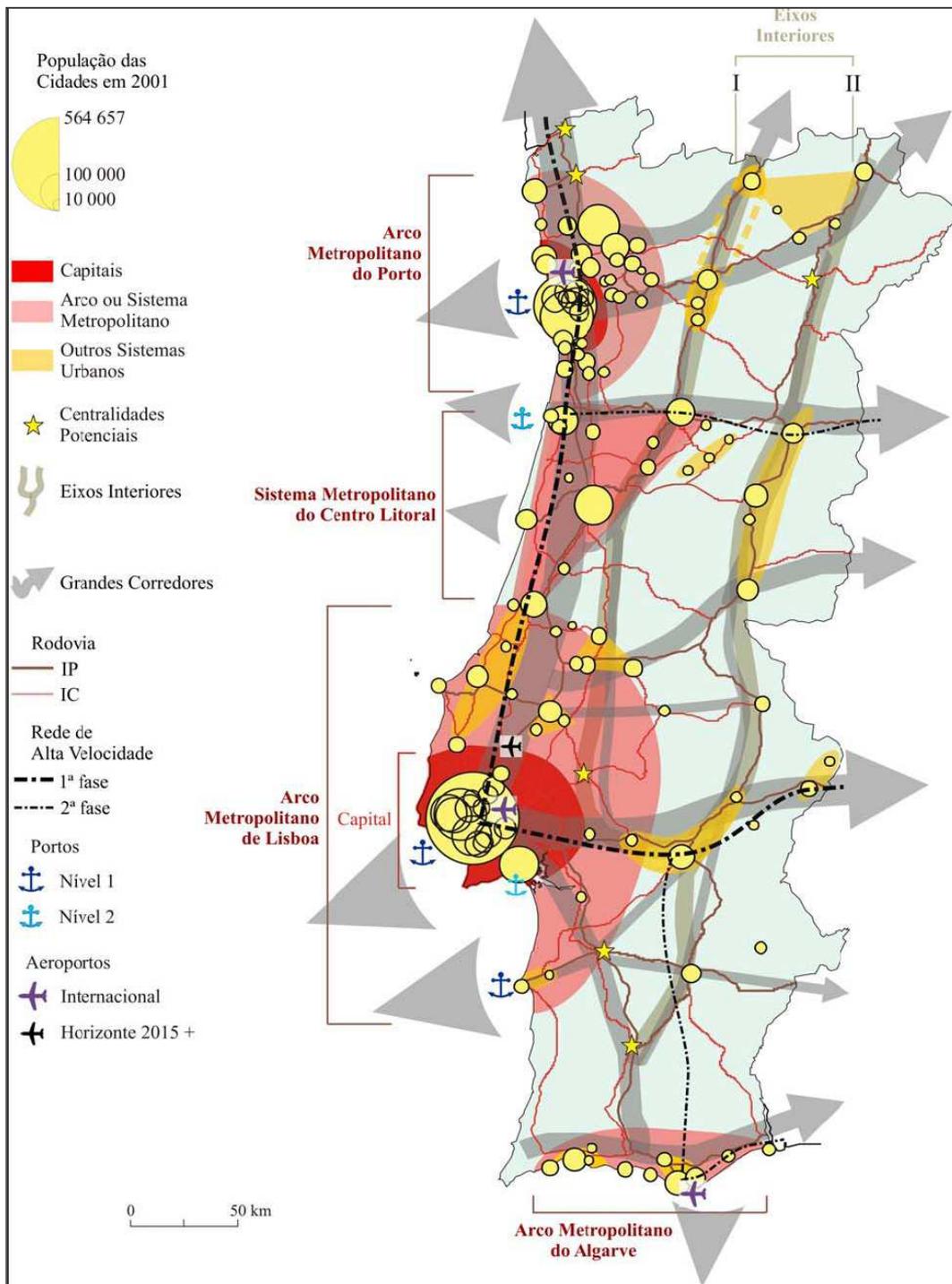
mercadorias Sines – Évora – Elvas – Badajoz, a plataforma industrial e logística de Sines, a plataforma logística de Elvas, o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, o (novo) Aeroporto de Beja, e o novo eixo rodoviário Sines-Beja-Andaluzia, sob pena de não se capitalizarem devidamente as oportunidades de indução de dinâmicas de desenvolvimento e de melhoria da qualidade de vida da população;

9. COMBATER OS PROCESSOS DE DESERTIFICAÇÃO - Contrariar os processos de desertificação, em sintonia com as iniciativas nacionais de luta contra a desertificação (Programa Nacional de Combate à Desertificação – PANCD), em especial nas áreas de maior susceptibilidade, e desenvolver mecanismos de prevenção e adaptação, bem como garantir a manutenção e o bom estado de conservação das áreas florestais e da rede hidrográfica.

Tabela 3 – Tabela-resumo dos elementos de Diagnóstico Prospectivo Regional

<p style="text-align: center;">Potencialidades Estratégicas</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Identidade cultural e paisagem, 2. Sistemas culturais mediterrâneos, 3. Recursos hídricos e EFMA, 4. Valor natural do litoral e zona costeira, 5. Cidades equipadas e seguras e qualidade dos centros históricos, 6. Estrutura do povoamento urbano indutora de uma sustentabilidade ambiental, 7. Recursos extractivos, 8. Recursos energéticos endógenos, 9. Posicionamento geográfico e acessibilidades. 	<p style="text-align: center;">Factores de Estrangulamento:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Erosão do solo e desertificação, 2. Dimensão e estrutura demográfica, 3. População activa, 4. Dimensão produtiva da região, 5. Rede Viária e Serviços de Transportes.
<p style="text-align: center;">Tendências Pesadas</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Despovoamento rural e concentração urbana, 2. Afirmação das cidades e das grandes infra-estruturas como motores de crescimento, 3. Ampliação da área de influência na AML, 4. Constituição de pólos turísticos de âmbito nacional (Litoral e Alqueva), 5. Alteração dos sistemas culturais, 6. Valorização do património, 7. Promoção das energias limpas, 8. Alteração do ciclo da água, 9. Valorização do transporte ferroviário e da intermodalidade. 	<p style="text-align: center;">Tendências Emergentes:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Procura crescente da região para turismo e lazer, 2. Diversificação da base produtiva regional, 3. Trajectórias diferenciadas de crescimento ao nível sub-regional, 4. Reforço do sistema urbano regional, 5. Procura crescente de recursos hídricos.
<p style="text-align: center;">Desafios:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Crescimento económico e emprego, 2. Demografia, população e recursos humanos, 3. Reforço dos principais Centros Urbanos e nova relação urbano-rural, 4. Criar escala e reforçar as relações com o exterior, 5. Implementar um modelo de turismo sustentável, 6. Garantir adequados níveis de coesão territorial interna, 7. Preservar e valorizar o património natural e cultural, 8. Potenciar as grandes infra-estruturas, 9. Combater os processos de desertificação. 	

Mapa 1 – PNPOT: Sistema Urbano e Acessibilidades em Portugal Continental²



² - esta figura foi retirada do documento da versão final do PNPOT que integra a Proposta de Lei apresentada à Assembleia da República. Este documento encontra-se disponível no site da DGOTDU (www.dgotdu.pt)

IV. DIAGNÓSTICO INTEGRADO DO DOMÍNIO DAS ESTRUTURAS AMBIENTAIS

Potencialidades Estratégicas:

- 1.** Existe uma boa cobertura regional de áreas classificadas (5 Áreas protegidas, 13 Sítios, 9 Zonas de Protecção Especial) e de outros espaços (sem enquadramento jurídico) com interesse para a conservação da natureza na região Alentejo (nomeadamente 23 IBA – zonas importantes para as aves). Estas áreas com uma distribuição biogeográfica regular, constituem um suporte fundamental para o desenvolvimento sustentável da região e contribuem para a salvaguarda dos espaços nucleares e dos aspectos essenciais implicados na protecção e valorização da paisagem, na gestão sustentável dos recursos naturais, na conservação da natureza e biodiversidade, na regulação do ciclo da água, do ciclo dos nutrientes e dos fluxos energéticos.
- 2.** O uso florestal no Alentejo ocupa cerca de 42% do território regional, com significativa expressão dos povoamentos de quercíneas (áreas de montado e áreas residuais de sobreiral e de azinhal). O montado, enquanto sistema produtivo fundamental para a região, representa também um importante ecossistema para a conservação de espécies e de habitats ameaçados. Os povoamentos de quercíneas constituem um dos sistemas de suporte da estrutura ecológica regional, contribuindo decisivamente como potencialidade estratégica regional. Tem-se assistido a uma expansão de florestação com sobreiro e azinheira, para a qual o Alentejo revela elevado potencial.
- 3.** Zona Costeira pouco intervencionada com elevado interesse biológico/paisagístico e com regras de ocupação do solo definidas. Inexistência de zonas edificadas ameaçadas pelo mar.
- 4.** Existência de um território diversificado, com unidades de paisagem bem identificadas, mantendo usos tradicionais de exploração dos recursos naturais e uma estrutura de povoamento que favorecem a preservação dos ecossistemas.
- 5.** Existência de sistemas aquíferos com importância regional e local, nomeadamente, de entre outros, os sistemas aquíferos da bacia do Tejo-Sado, Moura-Ficalho, Estremoz-Cano, Gabros de Beja, com elevado potencial para suprir necessidades de fornecimento de água, sobretudo a nível local, constituindo uma importante reserva estratégica de água. Disponibilidades de sistemas de aproveitamento de águas superficiais, existentes e previstos, com particular relevo para o Empreendimento de Alqueva. Embora de menor dimensão, ainda estão previstos outros aproveitamentos de águas superficiais, designadamente o do Pisão, Veiros e Pardiela.

Factores de Estrangulamento:

- 1.** Processos de degradação de *habitats* e dos ecossistemas agrícolas e silvícolas tradicionais relacionados com: abandono das actividades agrícolas e silvo-pastoris, despovoamento acentuado e envelhecimento da população, intensificação agrícola (regadio, outras alterações de culturas

agrícolas), florestações (por vezes com pinheiro e eucalipto), sobre-uso e sobre-pastoreio, mortalidade do sobreiro e da azinheira, perda de diversidade e complexidade dos mosaicos paisagísticos, expansão urbana, turística e industrial e dispersão de povoamento pontuais, implantação de estruturas infra-estruturas, indústria extractiva, poluição hídrica, degradação da rede hidrográfica, degradação dos solos (erosão, salinização, etc.) e alterações climáticas.

2. Transformações do uso do solo (de origem antrópica) que acentuaram a fragmentação/isolamento entre habitats naturais, nomeadamente, a expansão de estruturas lineares (canais de rega e redes viária, ferroviária e eléctrica), o crescimento de áreas urbanas e as próprias infra-estruturas hidráulicas. A ausência ou diminuição de conectividade entre as áreas naturais prejudica o movimento natural das espécies e, portanto, diminui a viabilidade e a resiliência dos ecossistemas.

3. Definição e aplicação insuficientes de instrumentos de gestão, ordenamento e planeamento das Áreas Classificadas da Rede Natura 2000 e dos Planos de Bacia Hidrográfica.

4. Ausência de saneamento básico e fornecimento de energia eléctrica, em cerca de metade das praias. Planos de Ordenamento da Orla Costeira desajustados das necessidades actuais face ao aumento dos níveis de procura e das expectativas turísticas.

5. Ausência de estratégia regional de gestão dos recursos hídricos, dispersão e multiplicidade de sistemas de abastecimento de água de pequena dimensão, perdas de água significativas nas redes de abastecimento humano e agrícola, pressões significativas nas águas subterrâneas e superficiais a que acresce a variabilidade espacial, sazonal e inter-anual do regime de precipitação.

6. Insuficiência de adequados incentivos e compensações (financeiras, fiscais, etc.) aos municípios, organizações, proprietários, agricultores, produtores e a outros agentes económicos “afectados” pelos condicionamentos, restrições e obrigações decorrentes de se situarem e/ou exercerem actividades em áreas de protecção e valorização ambiental e de conservação da natureza (áreas protegidas, sítios, ZPE, REN, RAN, Domínio Hídrico, directivas aves e habitats, etc.). Estes aspectos têm relevância regional, uma vez que 25% do território regional está classificado e sujeito a medidas de gestão que podem condicionar a rentabilidade. Acresce que algumas orientações para o próximo Quadro Comunitário apontam para um tratamento diferenciado destas áreas.

7. Degradação da qualidade do ar resultante do crescimento industrial da plataforma de Sines, com impactes potenciais na qualidade do ar, requer uma atenção especial no que se refere à implementações de sistema de monitorização em permanência.

Tendências Pesadas:

- 1.** As políticas europeias em diversos domínios, designadamente do Ambiente, em especial da Conservação da Natureza, Água, Solo, Ar, Paisagem, Energia, Turismo, etc. (Directivas e respectivas transposições para o âmbito nacional) e as decorrentes dos compromissos e convenções internacionais (Alterações Climáticas, Quioto, Biodiversidade, Desenvolvimento Sustentável, Desertificação, etc. e respectivas aplicações no âmbito nacional) condicionam a evolução no âmbito regional da protecção e valorização ambiental, estrutura ecológica, recursos hídricos e riscos naturais e tecnológicos.
- 2.** Em particular, a Política Agrícola Comum (em função da evolução que esta venha a sofrer e do figurino dos mecanismos de apoio, incentivo e penalização) condiciona decisivamente a protecção e valorização ambiental, a estrutura ecológica, etc. ao influenciar e mesmo determinar a modificação do mundo rural, interferindo na transformação, degradação, conservação ou valorização dos ecossistemas e habitats, nos processos relativos ao ciclo da água, ciclo de nutrientes, fluxos energéticos, solo e paisagem.
- 3.** A articulação do Plano Sectorial da rede Natura 2000 (devidamente geo-referenciado), que é o instrumento estratégico orientador da política nacional de conservação da diversidade biológica na Rede Natura 2000, visando a salvaguarda e a valorização das ZPE e SIC, com os instrumentos de planeamento territorial ou outros de natureza especial e os instrumentos de política, designadamente do desenvolvimento rural, irá garantir a eficácia dos objectivos de salvaguarda e valorização de áreas classificadas, e contribuir para a diversificação e sustentabilidade do mundo rural.
- 4.** O aumento da pressão humana na zona costeira alentejana, decorrente da melhoria da Rede Viária Nacional, da criação de novos empreendimentos turísticos e da crescente atracção das praias da costa alentejana.
- 5.** A intensificação do tráfego marítimo na costa alentejana transporta consigo a intensificação dos riscos tecnológicos associados, por um lado, aos potenciais derrames no mar e, por outro, às más práticas de lançamento das “águas” de lavagem de contentores em mar aberto. Tais eventualidades constituem, de facto, factores de elevado risco de poluição das águas e fundos marinhos e da orla costeira num troço de elevada riqueza nos domínios do património ambiental e biodiversidade e dos recursos marinhos e costeiros.
- 6.** As alterações do ciclo hidrológico com períodos de secas e cheias mais frequentes e de maior intensidade e duração, bem como a ocorrência de ondas de calor mais frequentes e mais prolongadas, aumenta o risco de incêndio e o abandono da actividade agrícola;
- 7.** Dependência em relação a Espanha no que toca à disponibilidade de recursos hídricos e condicionamentos em relação à sua qualidade.
- 8.** Acréscimos significativos sobre a utilização de determinados recursos, designadamente hídricos,

associada à intensificação da agricultura e do turismo, sem enquadramentos estratégicos para a utilização sustentável dos recursos.

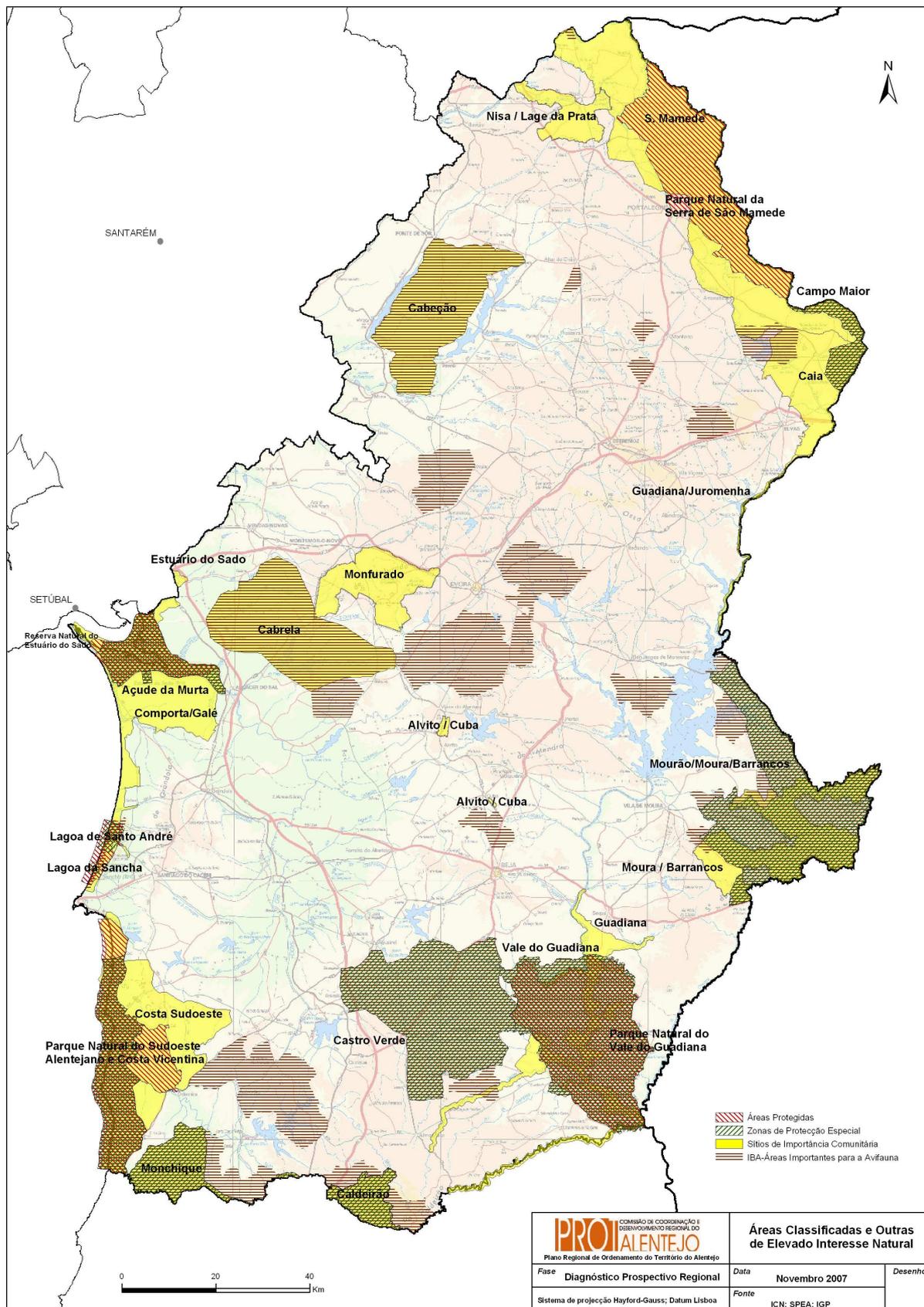
Tendências Emergentes:

- 1.** A comercialização e promoção de produtos regionais certificados contribuem de forma decisiva para a valorização dos recursos, promovendo a criação de riqueza e da empregabilidade e o desenvolvimento sustentável do território.
- 2.** O turismo ambiental ou turismo ecológico baseado na conservação do património biológico e paisagístico apresenta um crescimento significativo à escala global. A região Alentejo, pela diversidade e qualidade dos recursos que oferece, surge no contexto nacional como uma região de grande potencial para este tipo de actividade.
- 3.** A definição e aplicação de MTD para muitos sectores industriais inserem-se no objectivo de melhorar o conhecimento e a inovação em prol do crescimento sustentado. Assume particular relevância, para este domínio, a promoção da eco-inovação.
- 4.** Fortalecimento de uma consciência da existência de riscos e da necessidade do fomento de uma cultura preventiva por parte das organizações e das populações.
- 5.** Reajustamento de usos e funções na região com as novas valências do EFMA – regadio, turismo – e potencialidades associadas da agro-indústria, bem como a criação de novos programas de regadios que apelem a uma melhor gestão dos recursos hídricos na actividade agrícola.
- 6.** Introdução de novas formas de gestão ambiental, em geral, e dos recursos hídricos, em particular, a que acresce a implementação das Administrações das Regiões Hidrográficas (ARH) e a articulação do exercício das suas competências com as das CCDR, decorrente, designadamente, da regulamentação e implementação da Lei da Água.

Desafios:

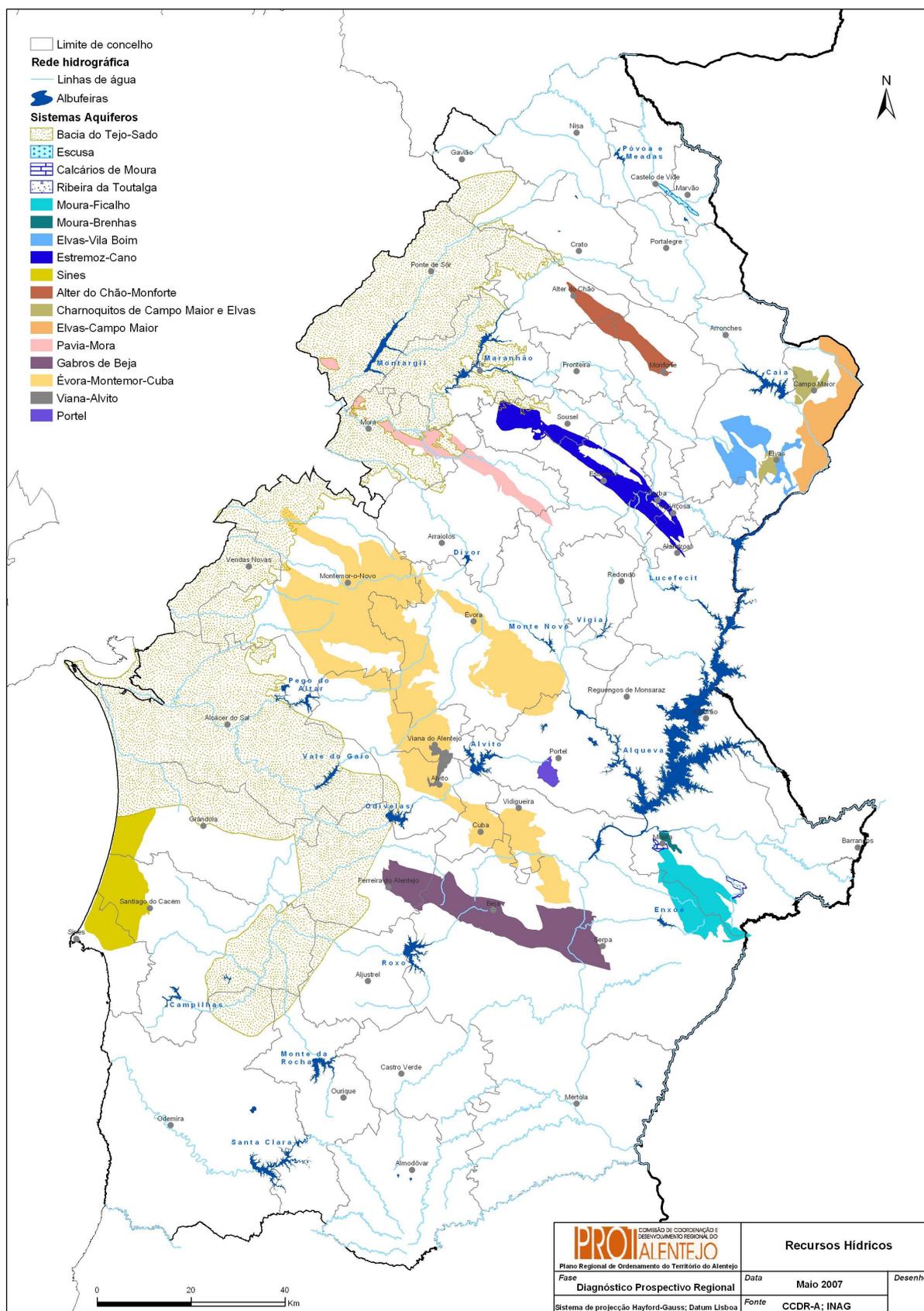
- 1.** Promover o crescimento económico regional garantindo a protecção e valorização ambiental, conservação da natureza, gestão dos recursos naturais (água, subsolo, solo, ar, energia e biodiversidade) e tirando partido das oportunidades que estes aspectos podem suscitar e potenciar. Identificar e favorecer as unidades territoriais que já apresentem indícios de sustentabilidade, que se distribuam de forma equilibrada e coesa no território e, em simultâneo, sejam capazes de estabelecer uma melhor articulação com os centros urbanos existentes.
- 2.** Contrariar os processos de desertificação, em especial nas áreas de maior susceptibilidade e desenvolver mecanismos de prevenção e adaptação, bem como garantir a manutenção e o bom estado de conservação das áreas florestais e da rede hidrográfica.
- 3.** Adoptar uma atitude preventiva, pedagógica e adaptativa em relação aos potenciais riscos naturais e tecnológicos (desertificação, seca, alterações climáticas, incêndios, cheias, sismos e a outros riscos naturais e tecnológicos, derrames no mar), por parte das organizações e das populações.
- 4.** Definir e executar uma política de gestão integrada da água, nomeadamente através da regulamentação da Lei da Água, do estabelecimento de um programa de monitorização da qualidade química e ecológica das águas superficiais e subterrâneas e das zonas protegidas, da implementação do Plano Nacional da Água, da elaboração/implementação do Plano Nacional de Regadios e da elaboração/implementação dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH). Do mesmo modo, adoptar uma gestão integrada das origens de água superficiais e subterrâneas, promovendo a complementaridade da utilização de recursos hídricos superficiais e subterrâneos em função das disponibilidades e da maior adequabilidade técnica, ambiental e económica. Por último, reforçar os mecanismos de gestão conjunta entre Portugal e Espanha e de fiscalização e monitorização das bacias hidrográficas internacionais.
- 5.** Concretizar e tirar partido do EFMA, nas suas diversas valências, numa óptica de desenvolvimento sustentável, enquadrada na política de desenvolvimento assumida para a região e sem comprometer os traços essenciais da identidade regional.
- 6.** Assegurar uma adequada compatibilidade entre o crescimento previsto de actividade industrial na plataforma industrial de Sines com o desenvolvimento de outras actividades de relevante importância na economia do litoral, garantindo a manutenção dos valores patrimoniais que levaram à classificação daquela zona como Parque Natural e Sítio Classificado.
- 7.** Assegurar que as áreas de protecção ambiental sejam encaradas como uma vantagem, como um elemento de qualificação dos territórios abrangidos e que nelas sejam potenciados recursos e desenvolvidas actividades compatíveis e potenciadoras de protecção e valorização desses recursos.

Mapa 2 – Conservação da Natureza - Áreas Classificadas

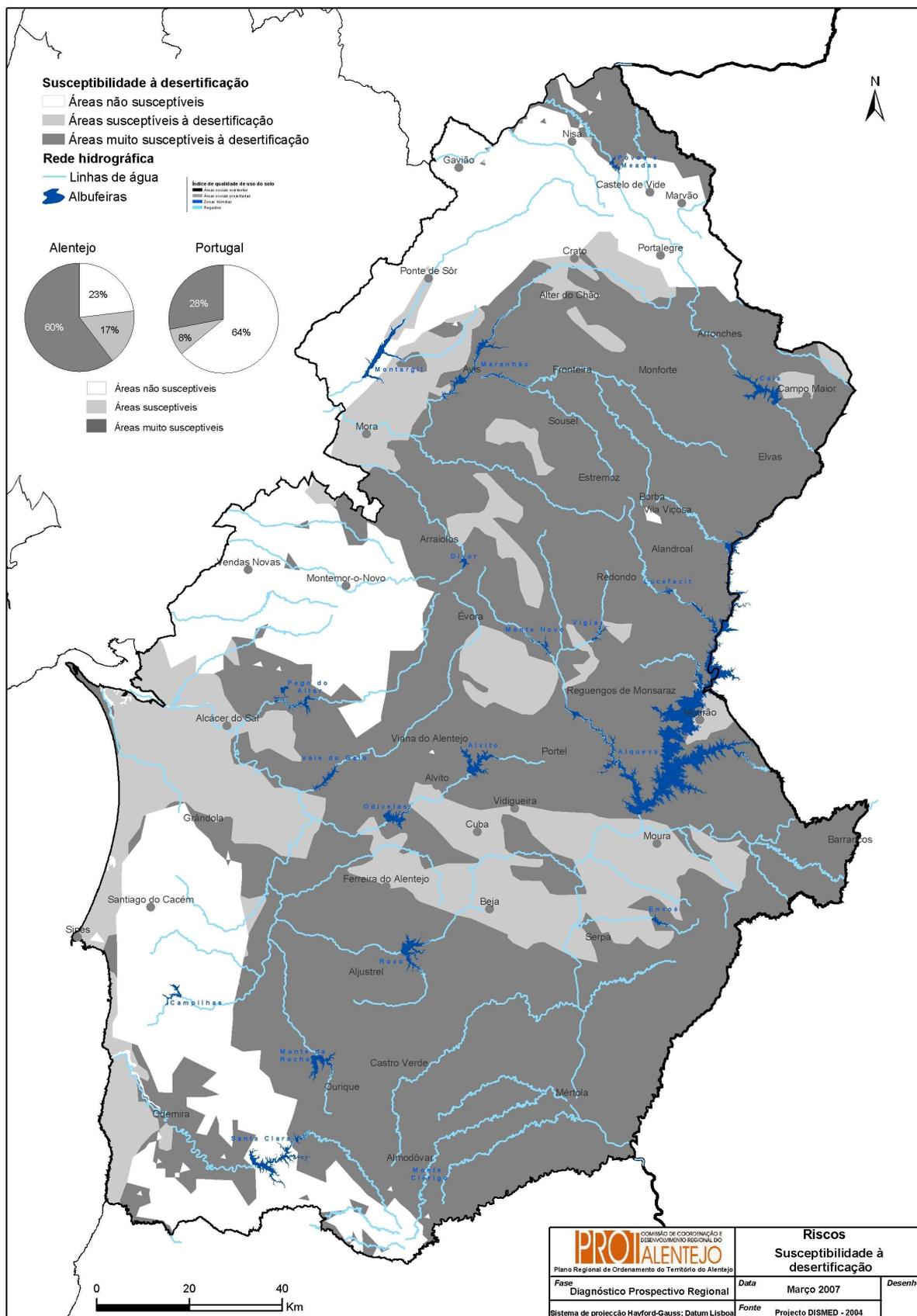


<p>COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO</p> <p>Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo</p>		<p>Áreas Classificadas e Outras de Elevado Interesse Natural</p>	
Fase	Diagnóstico Prospectivo Regional	Data	Novembro 2007
Sistema de projecção	Hayford-Gauss; Datum Lisboa	Fonte	ICN; SPEA; IGP
		Desenho	

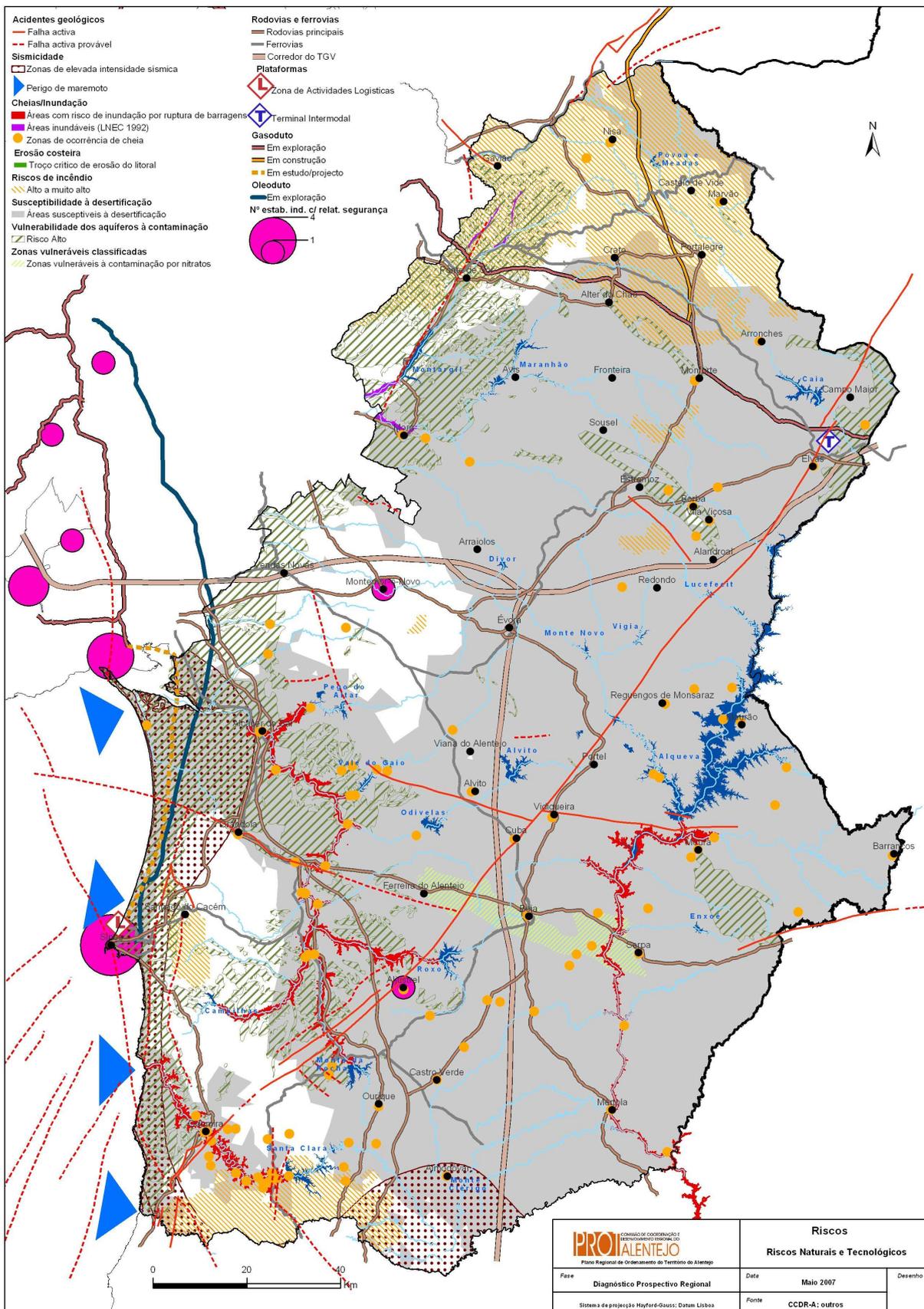
Mapa 3 – Conservação da Natureza - Recursos Hídricos



Mapa 4 – Conservação da Natureza – Susceptibilidade à Desertificação



Mapa 5 – Conservação da Natureza – Riscos Naturais e Tecnológicos



V. DIAGNÓSTICO INTEGRADO DO DOMÍNIO DAS INFRA-ESTRUTURAS E REDES DE SUPORTE

Potencialidades Estratégicas:

- 1.** Posicionamento geoeconómico da região favorecido pelo atravessamento – actual e previsto - de importantes corredores rodo e ferroviários de âmbito nacional, ibérico e europeu, assumidos nos instrumentos de política nacionais, permitindo uma boa acessibilidade e articulação com os grandes espaços envolventes e, desta forma, contribuindo para reforçar as condições de atracção empresarial .
- 2.** Existência do Porto de Sines, com condições físicas únicas a nível nacional e ibérico (porto de águas profundas) e detentor de uma posição geoestratégica privilegiada relativamente ao cruzamento de grandes rotas mundiais de transporte marítimo. Refira-se, em simultâneo, a presença de infra-estruturas e serviços logísticos, na Zona Industrial e Logística de Sines, com área de influência supra-regional, existindo boas condições para reforçar o seu desenvolvimento e afirmá-lo como espaço empresarial e logístico de relevância regional, e nacional e europeia.
- 3.** A abertura da exploração comercial do Aeroporto de Beja, na vertente de transporte civil de passageiros e mercadorias, cria uma importante plataforma regional de conectividade internacional, particularmente relevante para o Baixo Alentejo e Alentejo Litoral.
- 4.** Existência de condições favoráveis para a implementação de uma estratégia de captação de actividades logísticas, beneficiando da proximidade à AML e dos corredores de ligação a Espanha, atendendo às boas acessibilidades, à disponibilidade de parques industriais e à presença de alguns serviços associados à logística em Vendas Novas, Évora e Sines. Esta potencialidade virá a ser reforçada, num futuro próximo, com a concretização das plataformas logísticas de Sines e de Elvas e do reforço das respectivas ligações rodo-ferroviárias, bem como da criação de uma componente logística associada ao Aeroporto de Beja.
- 5.** A região dispõe de um conjunto de infra-estruturas e condições na área das TIC - , que a podem tornar uma alternativa viável, em termos nacionais, para a criação de espaços qualificados de localização e desenvolvimento empresarial.
- 6.** Sines é o centro nevrálgico do sistema de produção de energia eléctrica português. Esta posição de liderança actual será reforçada até 2010, com novas instalações de produção, com tecnologia mais eficiente e mais limpa. Sines será alvo de elevados investimentos nacionais para aumento da capacidade de produção actual, a carvão, e lançamento de uma nova unidade de produção, menos poluente, a gás natural. Também em Sines se localiza o único terminal nacional de descarga de Gás Natural Liquefeito (GNL), e a sua ligação à rede de gasodutos nacionais de alta pressão. Em Sines localiza-se ainda a maior refinaria nacional de combustíveis, derivados do petróleo, e uma das maiores da Europa, que será também alvo de grandes investimentos, já tornados públicos, para aumento da sua capacidade de produção.

Factores de Estrangulamento:

- 1.** A falta de execução de ligações com um carácter estruturante, incidindo sobre a rede estabelecida no Plano Rodoviário Nacional (PRN-2000), traduz-se na persistência de desajustamentos na rede viária existente, nomeadamente, no que se refere, por um lado, a ligações transversais de relevante importância para uma maior articulação intra-regional, bem como, por outro lado, a ligações com o exterior, necessárias para a promoção de uma maior articulação e abertura da região à sua envolvente;
- 2.** Falta acrescida de competitividade do modo ferroviário relativamente ao modo rodoviário (quando se compara com a realidade nacional), decorrente de características intrínsecas da região, bem como do desajustamento estrutural do traçado da rede relativamente à rede urbana regional, particularmente evidente na ausência de serviços competitivos em alguns dos centros urbanos principais. Neste contexto, surge especialmente penalizado o distrito de Portalegre
- 3.** O processo de despovoamento, particularmente nas zonas rurais, tem sido acompanhado por uma degradação das condições de prestação de serviço de transporte colectivo traduzindo-se no agravamento das assimetrias intra-regionais nas condições de mobilidade manifestada por uma restrição gradual dos níveis dos serviços prestados aos centros de pequena dimensão mais afastados dos eixos viários principais, com notórias repercussões negativas na mobilidade da população
- 4.** Relativamente ao sistema logístico, há a apontar a existência de um reduzido mercado intra-regional de consumo e deficientes acessibilidades na ligação do Porto de Sines a Espanha (ausência de concretização do IC33, do IP8 e da ligação ferroviária de mercadorias a Évora – Elvas – Espanha); embora não seja uma realidade específica do Alentejo, surge também como entrave à afirmação do sistema logístico regional, a desarticulação entre Portugal e Espanha quanto a normativos e procedimentos aplicáveis aos operadores ferroviários de transporte de mercadorias
- 5.** Fraca expressão dos segmentos do sector empresarial regional geradores de fluxos de mercadorias susceptíveis de beneficiar das vantagens das infra-estruturas logísticas regionais, o que se traduz na falta de dinâmica na concretização de novas formas de organização logística intra-regional, bem como na incipiente utilização de estruturas logísticas existentes

Tendências Pesadas:

- 1.** Reforço do papel dos principais corredores rodo-ferroviários e das infra-estruturas de conectividade nacional e internacional na organização funcional do território e, particularmente, na configuração da geografia económica da região, causada pelas melhores condições de atractividade empresarial que proporcionam e promovem
- 2.** No âmbito de uma política comum europeia de transportes, pretende-se reforçar a qualidade e a eficácia dos transportes europeus, tendo como objectivo o reequilíbrio, até 2010, dos diversos modos de transporte através de uma política activa de revitalização do caminho-de-ferro, da promoção do transporte marítimo e fluvial e do desenvolvimento da intermodalidade; estas políticas terão também repercussão no Alentejo, sendo de destacar, com particular significado no ordenamento territorial, os potenciais efeitos decorrentes do reforço das actividades portuárias, do incremento do transporte de mercadorias e da intermodalidade, e da implementação da linha de Alta Velocidade Ferroviária Lisboa - Madrid.
- 3.** A liberalização do transporte ferroviário à escala europeia terá previsíveis impactos no sistema logístico nacional e regional, visto implicar a eliminação dos estrangulamentos de circulação existentes entre os diferentes países ao nível do transporte de passageiros e de mercadorias e pretender garantir a fiabilidade, segurança e qualidade dos serviços prestados; no entanto, esta política terá mais impacto nas zonas actualmente mais bem dotadas de serviços e infra-estruturas
- 4.** O atravessamento da região pela prevista linha de Alta Velocidade Ferroviária Lisboa-Madrid, com a criação de duas estações em Évora e em Elvas-Badajoz, reforçará, no futuro, a centralidade daquelas cidades alentejanas, criando novas oportunidades de desenvolvimento e localização empresarial beneficiando de uma substancial redução da distância-tempo relativamente a Lisboa e a Madrid
- 5.** A instalação das plataformas logísticas no Poceirão e de Tunes complementará os contornos do desenvolvimento do sistema logístico da Região, podendo constituir uma oportunidade para o desenvolvimento de novas sinergias, nomeadamente, nas zonas próximas destas plataformas
- 6.** A sistemática modernização do centro electroprodutor de Sines, líder da produção eléctrica nacional, será fortemente impulsionada, fruto da actualidade política internacional dos temas energéticos e ambientais, considerando os investimentos previstos, já publicitados, de modo que o maior centro electroprodutor português acompanhe as tecnologias das melhores práticas mundiais e assim se assuma como um centro produtor de carvão limpo, com um desempenho ao nível das melhores performances mundiais, relativamente a rendimentos energéticos e a emissões de CO2

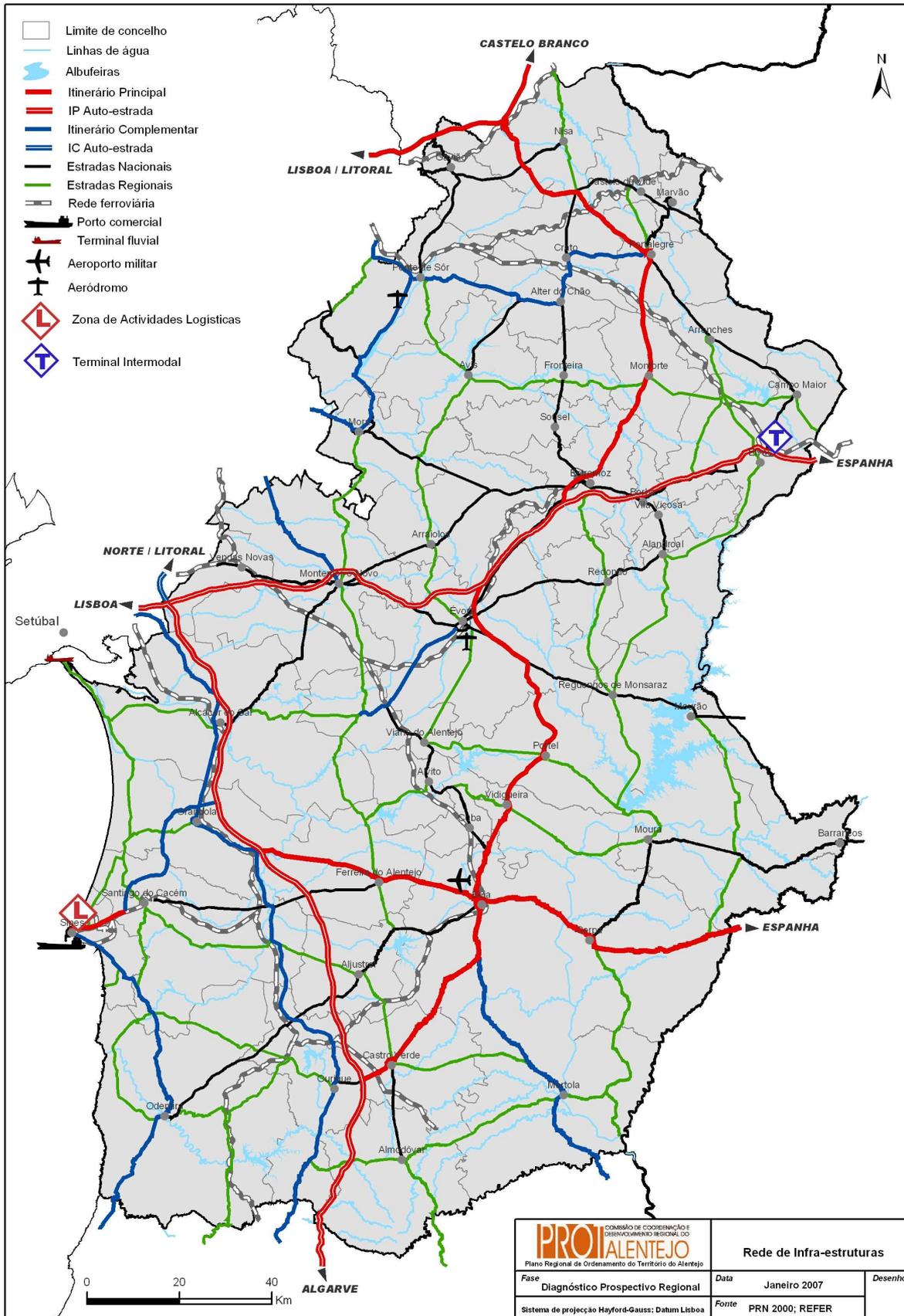
Tendências Emergentes:

- 1.** Os investimentos agrícolas e turísticos previstos para Alqueva e para a zona litoral, irão, previsivelmente, gerar maiores fluxos, quer de mercadorias, quer de passageiros, com uma particular incidência na rede rodoviária. E esta tendência deverá evidenciar-se em duas áreas de influência distintas: uma de âmbito supra-regional (relacionada com a A6 e com o IP2) e outra mais localizada na ligação aos próprios empreendimentos, implicando uma sobrecarga na rede viária municipal subdimensionada para o efeito,
- 2.** Os investimentos turísticos em curso e previstos para o litoral alentejano deverão também traduzir-se em maiores fluxos no IP1/A2 e, em inter-relação com a implementação do projecto do Aeroporto de Beja, também no IP8. A rede viária de âmbito local/concelhio poderá igualmente sofrer um acréscimo de fluxos sem que, no entanto, sejam expectáveis problemas de congestionamento
- 3.** O sistema logístico regional beneficiará da emergência previsível de novas necessidades de comercialização decorrentes do incremento da produção agrícola sustentada no projecto de regadio do EFMA e de outros perímetros de rega da Região.

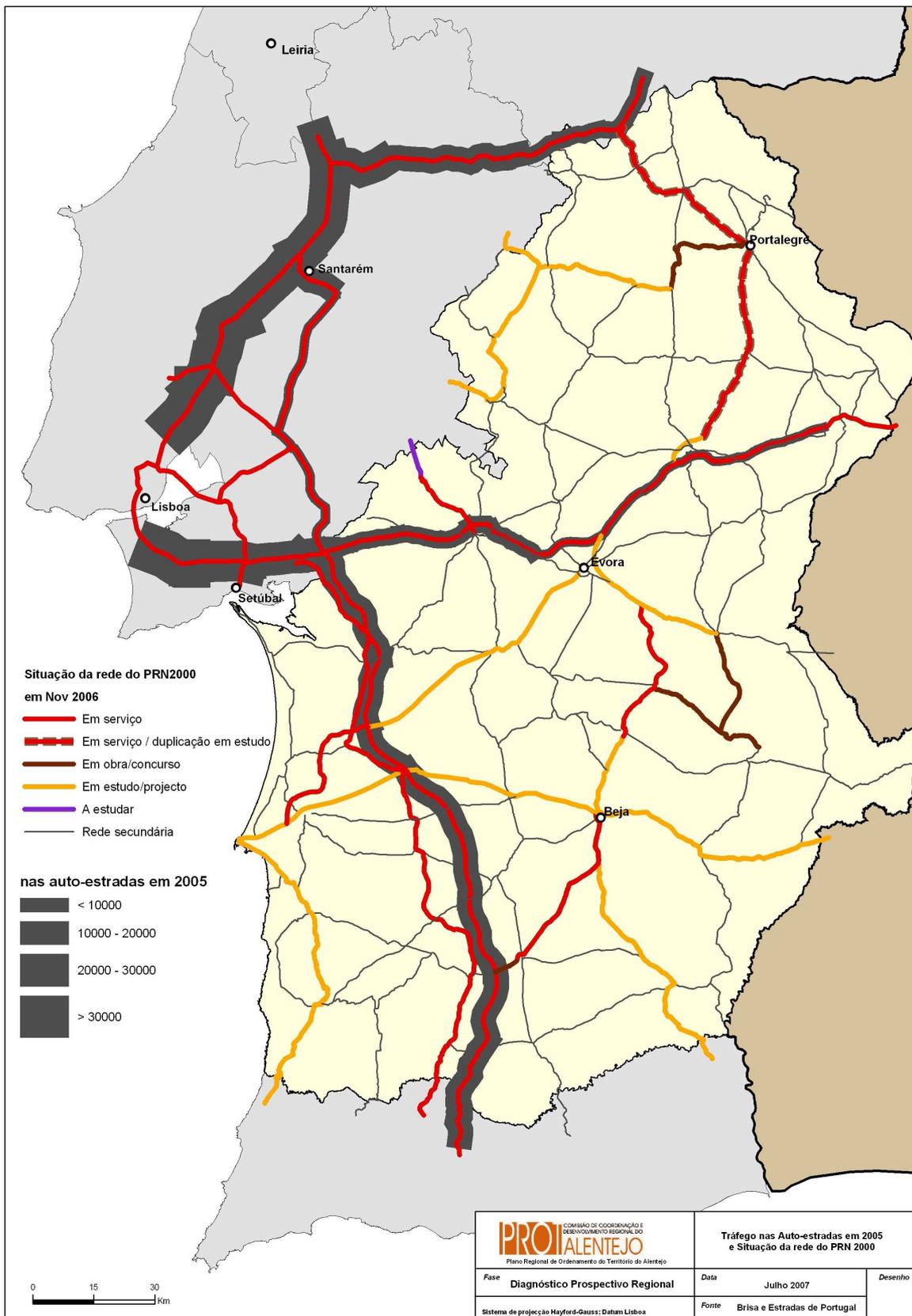
Desafios:

- 1.** Garantir uma elevada articulação entre os grandes projectos no domínio das acessibilidades nacionais e internacionais, as opções no domínio da localização empresarial (plataformas logísticas e áreas de localização empresarial) e a estratégia de reforço do sistema urbano regional. Desta forma, a implementação dos grandes projectos de acessibilidades constituirá uma grande oportunidade para melhor estruturar o sistema urbano regional e, simultaneamente, promover uma maior abertura da região ao exterior, nomeadamente, de uma maior ligação com o espaço ibérico e europeu.
- 2.** Dar capacidade competitiva ao sistema logístico regional, mediante a concretização das plataformas logísticas de Sines e de Elvas conjugadas com a criação de um conjunto de infra-estruturas de localização e desenvolvimento empresarial de âmbito regional, devidamente qualificadas em infra-estruturas, serviços e modelos de gestão, em articulação com a estrutura do sistema urbano e tirando partido das acessibilidades extra-regionais.
- 3.** Criar condições para a afirmação e projecção ibérica e europeia do Porto de Sines e garantir um papel destacado da Plataforma Industrial e Logística de Sines no âmbito estratégia de desenvolvimento local e sub-regional,
- 4.** Garantir o desenvolvimento sustentável do Aeroporto de Beja, tornando-o uma plataforma de internacionalização da região, promovendo-o em articulação com o desenvolvimento de outros grandes projectos regionais e tirando partido das suas potencialidades na dinamização de novos sectores produtivos na região, em particular, no Baixo Alentejo e no Alentejo Litoral.
- 5.** Modernizar os sistemas de transportes e flexibilizar a sua gestão, sobretudo em meio urbano e nas áreas mais escassamente povoadas, incluindo a promoção de soluções assentes em novas parcerias e o incentivo a alternativas de transporte menos poluentes, equacionando também utilizações alternativas para os ramais ferroviários desactivados

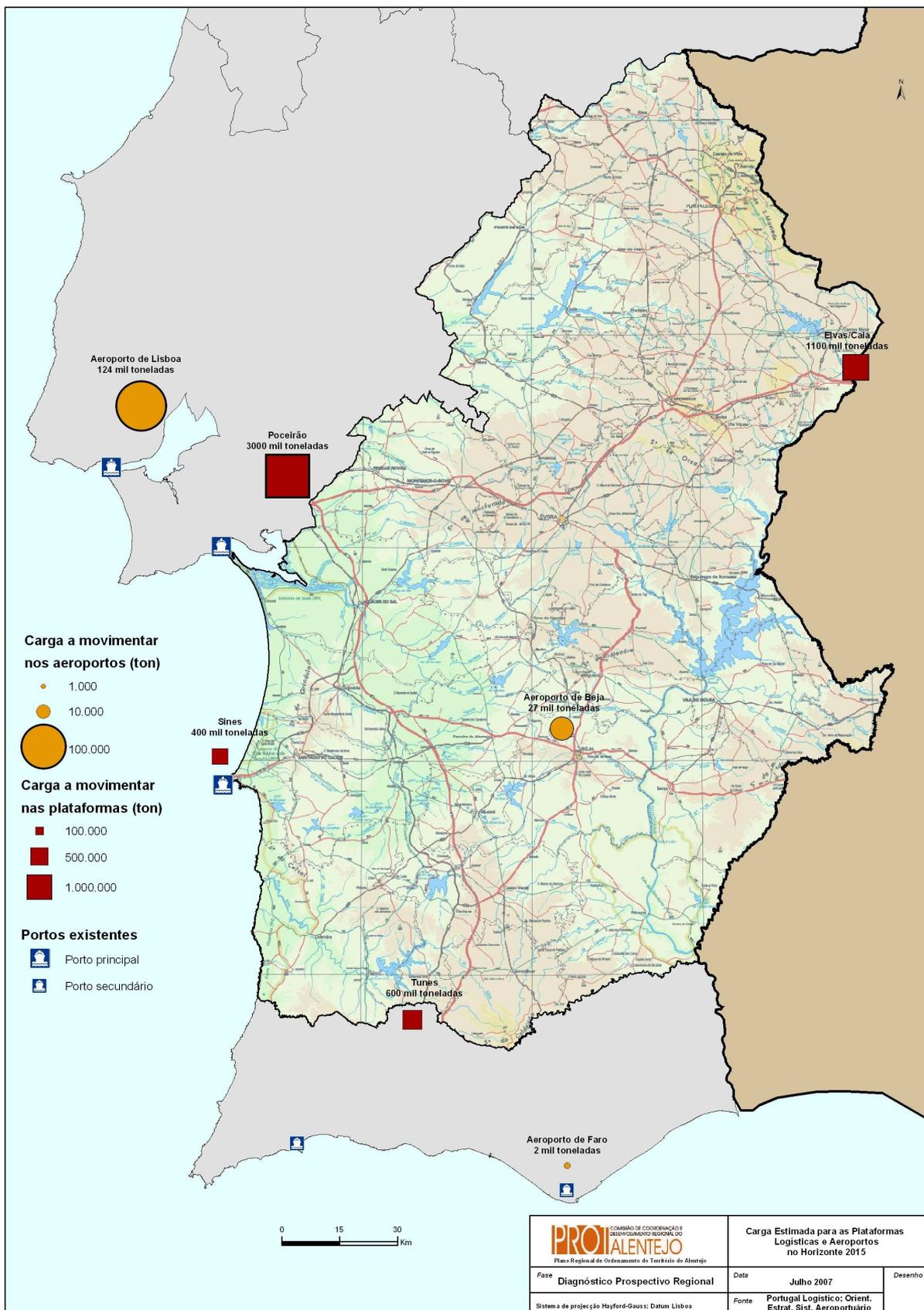
Mapa 6 – Rede de Infra-estruturas



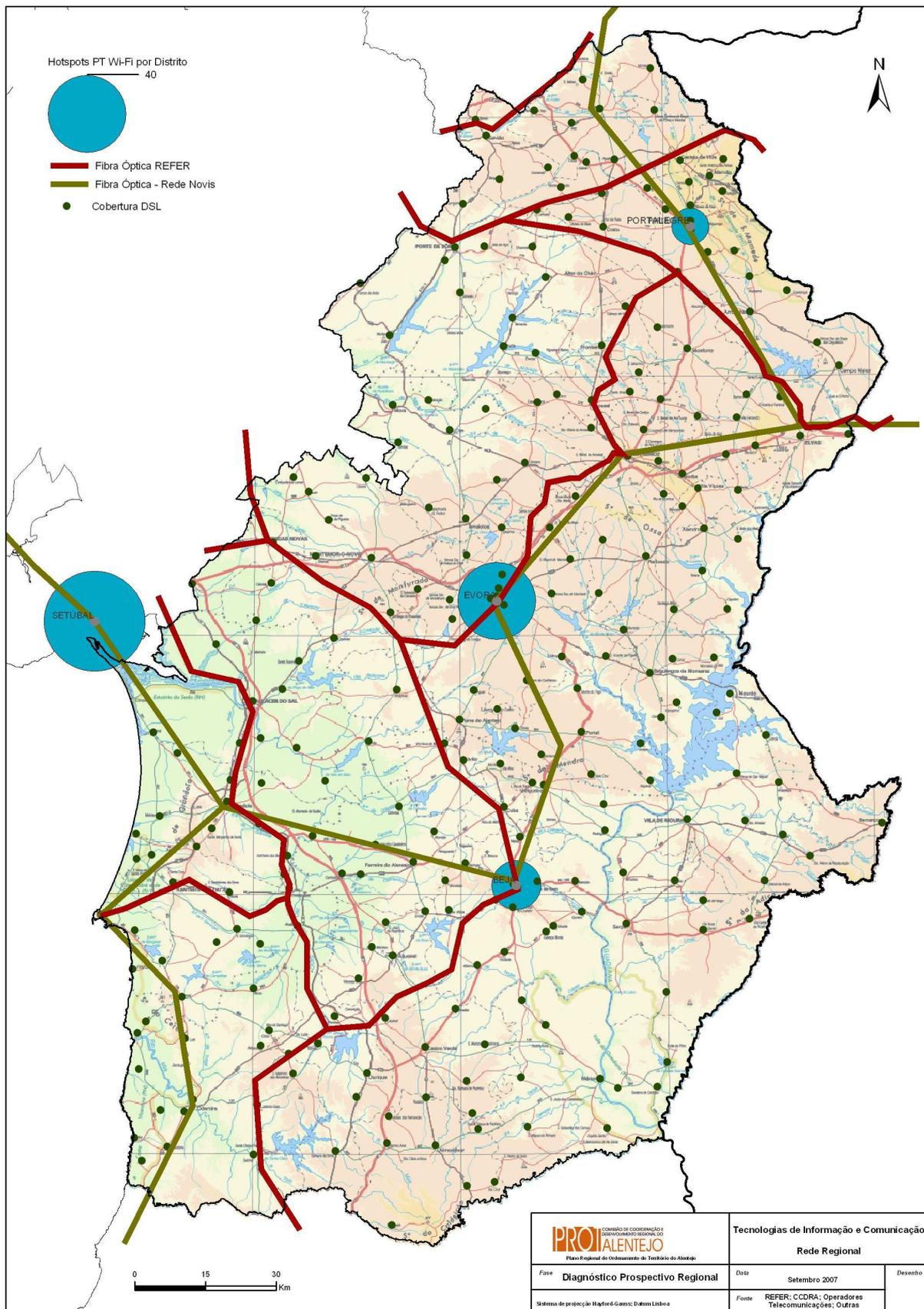
Mapa 7 – Tráfego nas Auto-estradas (2005) e Situação do PRN 2000



Mapa 8 – Carga Estimada para as Plataformas Logísticas e Aeroportos - 2015



Mapa 9 – Tecnologias de Informação e Comunicação - Rede Regional



VI. DIAGNÓSTICO INTEGRADO DO DOMÍNIO DAS ACTIVIDADES AGRO-FLORESTAIS E DESENVOLVIMENTO RURAL

Potencialidades Estratégicas:

- 1.** Condições edafo-climáticas que propiciam circunstâncias ímpares para a obtenção de boas produções agrícolas, pecuárias e florestais competitivas e integradas, ou não, em sistemas de produção tradicionais, nomeadamente, montado, cortiça, vinha, olival e pecuária extensiva, hortofrutícolas, culturas bioenergéticas, sustentando uma importante parcela do valor gerado pela agricultura e mantendo as qualidades ambientais do espaço rural.
- 2.** Existência áreas florestais significativas que apresentam grande potencial para a produção de cortiça, para a exploração da silvo-pastorícia e dos produtos não lenhosos, para o desenvolvimento da actividade cinegética e para recreio e lazer; e que podem ser geridas de uma forma equilibrada e sustentável.
- 3.** Elevado grau de preservação ambiental capaz de se constituir como um factor de atracção que associado à dimensão das explorações agrícolas garante a multifuncionalidade de exploração dos recursos naturais existentes: o solo (incluindo os recursos geológicos), a água, a floresta (montado e charneca), bem como os recursos cinegéticos.
- 4.** Existência de diversos perímetros de rega que podem sustentar uma agricultura mais diversificada e competitiva, situação potenciada pela entrada em funcionamento do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva e de outros que se encontram projectados, que poderá permitir aumento de produtividades, maior diversificação de culturas, (que passará pela inclusão de culturas tais como as hortícolas, as frutícolas, as culturas bioenergéticas, etc) e transformação dos sistemas culturais de sequeiro para sistemas de regadio em muitas mais explorações agrícolas.
- 5.** Quantidade significativa de produtos com notoriedade, que resultam quer de uma indústria agro-alimentar de carisma tradicional, quer de sectores com unidades de transformação já com dimensões razoáveis e volumes de vendas significativos. Existência de um modelo de certificação e garantia de genuidade e qualidade que confere ao consumidor confiança e ao produtor mais-valia. Paralelamente, o aumento da área de regadio induzido pela entrada em funcionamento do E.F.M.A. e o conseqüente aumento da produção agrícola e dos respectivos padrões de competitividade, poderá induzir o desenvolvimento de actividades a montante e a jusante.
- 6.** Presença de várias instituições de investigação que poderão acompanhar e sustentar a inovação necessária ao sector e a transferência do conhecimento, bem como outros serviços de apoio técnico e logístico como sejam os serviços regionais do Ministério da Agricultura, o Centro Operativo das Tecnologias de Regadio – COTR, as Associações de Agricultores e as Associações de Desenvolvimento Local.

7. O desligamento das ajudas à produção, no contexto da Política Agrícola Comum - PAC, desde que devidamente enquadrado por medidas de suporte, vai permitir a substituição de culturas menos adaptadas e de culturas sem rentabilidade por culturas ecologicamente mais adaptadas ou por culturas com maior eficácia económica e mais competitivas.

8. A futura localização em Sines, de uma grande unidade de produção de Biodiesel nacional (25.000 ton/ano, a partir de Janeiro 2008, com perspectivas de aumento de produção até às 100.000 ton/ano) é uma alternativa potencialmente promissora que se coloca aos agricultores alentejanos, na produção de biocombustíveis, nomeadamente Colza e Girassol. No mesmo sentido, estão previstos, no Alentejo, dois pontos de ligação de centrais térmicas de biomassa florestal à Rede do Sistema Electroprodutor Português (SEP), nomeadamente, uma central de Biomassa a construir no distrito de Portalegre (10MVA) e outra no distrito de Beja (4MVA), o que representa uma fonte alternativa de rendimento para os produtos florestais.

Factores de Estrangulamento:

1. Envelhecimento generalizado da população em geral, e da mão-de-obra agrícola em particular, conjugado com o baixo nível de qualificação dos recursos humanos, com um tecido empresarial débil, com escassez da mão-de-obra assalariada e com carência de formação profissional específica, quer dos empresários, quer dos trabalhadores, acabam por se reflectir na insuficiente iniciativa empresarial e por dificultar a incorporação de inovação e o desenvolvimento de estratégias mais viradas para a procura.

2. Em algumas zonas do Alentejo, os solos, em geral, e o montado em particular, apresentam um estado de degradação muito considerável, fruto, não só, da realização continuada de práticas agrícolas desadequadas, mas também de situações de doença. Este facto provoca um empobrecimento no património natural e pode pôr em causa os sistemas culturais mediterrânicos nessas zonas.

3. Ausência de cultura associativa e de cooperação que concorre para que a oferta se apresente pouco concentrada, para a falta de escala de produção e comercialização, sendo a produção dirigida para o mercado local. Pouco (ou quase nulo) domínio dos canais de distribuição e comercialização, que apresentam circuitos muito longos; insuficiente conhecimento dos mercados e estratégias comerciais/marketing inexistentes ou pouco sustentadas, que dificultam a afirmação dos produtos pela via da diferenciação.

4. Ausência de dinamismo ao nível da actividade económica que se traduz pela reduzida capacidade de atrair e fixar activos, pelo baixo retorno do investimento, pela variação negativa do nível de emprego e conseqüente declínio populacional e pelo progressivo abandono dos espaços rurais e das terras agrícolas, levando à migração dos segmentos mais jovens da população e ao contínuo agravamento do índice de envelhecimento.

5. Concorrência de outros produtos que apresentam preços competitivos e/ou um nome

reconhecido no mercado, alicerçados em estratégias de marketing aliciantes, por vezes, em campanhas publicitárias negativas contra os produtos regionais e em apropriações indevidas da sua imagem; aliados a consumidores pouco informados sobre os produtos com nome protegido e com dificuldades em assumir a diferenciação de preços relativamente a produtos oriundos dos Modos de Produção: Biológico e Integrada.

6. Medidas efectivas incipientes que garantam a salvaguarda dos recursos florestais dos incêndios, uma adequada gestão dos caminhos agrícolas, criação de corta fogos, limpeza de matas, bem como a valorização dos sub-produtos daí resultantes e gestão das áreas ardidas.

Tendências Pesadas:

- 1.** Processo de globalização da economia mundial e a redução progressiva do proteccionismo da PAC, facilitam a entrada no mercado português de produtos agrícolas e florestais oriundos de diferentes partes do mundo, muitas vezes alicerçados em estratégias de Marketing agressivas e em preços concorrenciais, facto que faz aumentar a concorrência aos produtos e produções regionais, dificultando o seu escoamento e pondo em risco a sua continuidade.
- 2.** Subida gradual e progressiva dos preços dos factores de produção utilizados na actividade (Mão-de-obra, equipamentos, combustíveis e lubrificantes, pesticidas e herbicidas, sementes, adubos e taxas de juro), que não tem sido devidamente compensada pela subida dos preços dos produtos agro-silvo-pastoris, vem afectar a rentabilidade da exploração agrícola e pôr em causa a continuidade de determinadas produções e afectar a introdução de novas culturas.

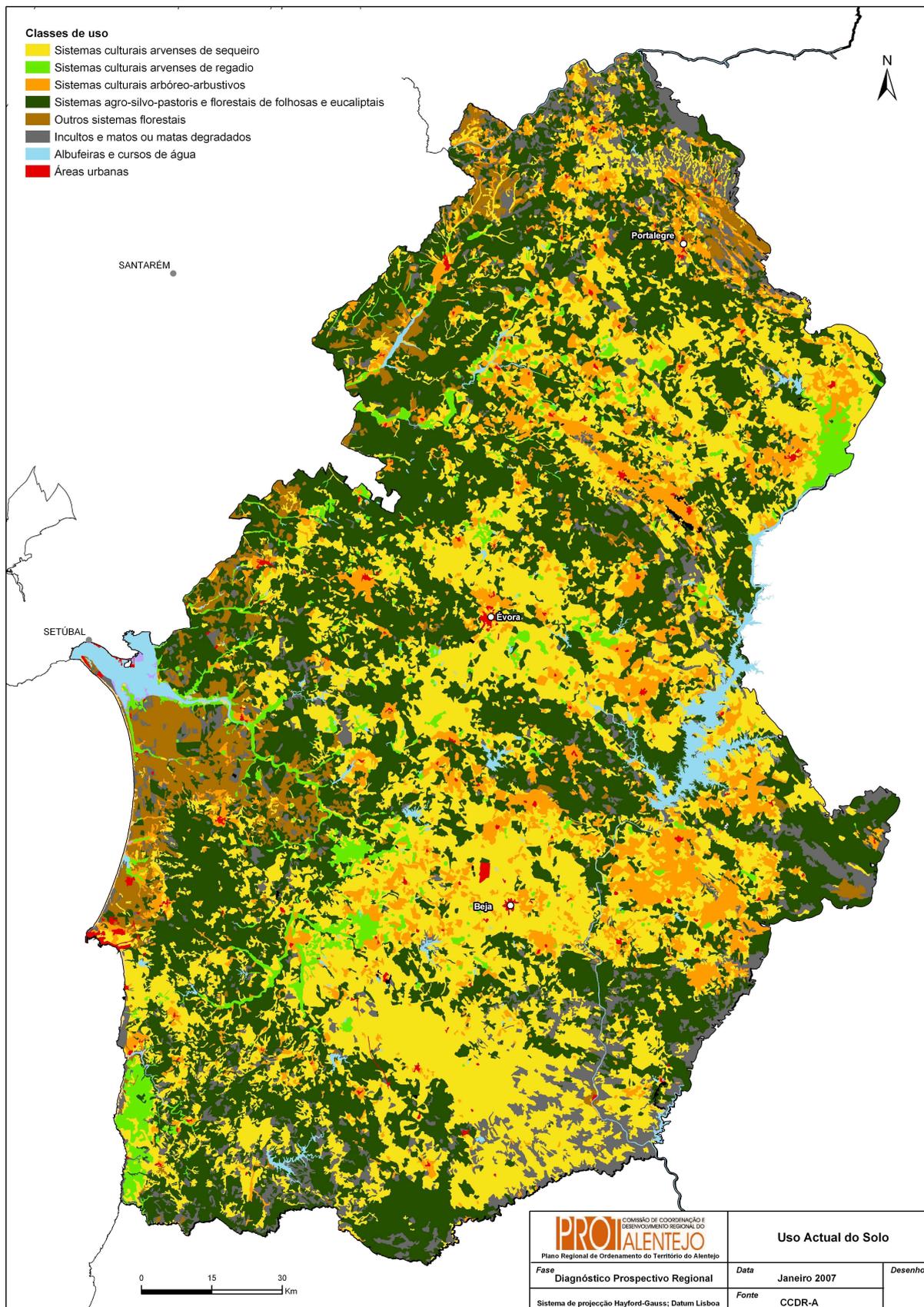
Tendências Emergentes:

- 1.** Região que tende a abrir-se à imigração, sobretudo de imigrantes oriundos dos países de Leste e da América do Sul, como forma de compensar a manifesta falta de recursos disponíveis para trabalhar no sector da agricultura e de incorporar alguma juventude na mão-de-obra afecta ao este sector tão específico.
- 2.** O desenvolvimento do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva tem servido de motor para um aumento das áreas de regadio e da procura de culturas a ele ligadas, e também tem proporcionado uma procura de terras para fins não agrícolas, designadamente para implementação de espaços de lazer e de turismo.
- 3.** A nível da estrutura das explorações agrícolas tem sido evidente a tendência para a diminuição do seu número, para o aumento da área média do conjunto das que permanecem em actividade, para a redução da mão-de-obra agrícola, para a redução das áreas ocupadas com culturas arvenses e para o aumento das áreas forrageiras (culturas forrageiras e pastagens), potenciando o desenvolvimento de sistemas extensivos de produção pecuária.
- 4.** A “Directiva Biocombustíveis” e a recente Estratégia Europeia no domínio dos Biocombustíveis, que obriga à incorporação crescente de biocombustíveis no sector dos transportes, vêm criar condições para o desenvolvimento das culturas energéticas, nomeadamente da produção de biodiesel e bietanol, que seguramente serão produtos com uma evolução positiva de preços no mercado internacional, dada a sua procura crescente.
- 5.** Emergência de condições para uma maior valorização económica da utilização de práticas conservativas na agricultura decorrentes, por um lado, da aplicação do princípio da condicionalidade, estabelecido ao abrigo do regulamento (CE) nº 1782/2003, que introduz um referencial alargado de exigências associadas à “Directiva dos Solos” e, por outro, de uma crescente consciência ambiental da sociedade civil.

Desafios:

- 1.** Criação e desenvolvimento de práticas empresariais competitivas, nos domínios da agricultura, pecuária, floresta e da agro-indústria; centradas na orientação da produção para o mercado, nomeadamente: através da optimização dos recursos existentes e das grandes infra-estruturas regionais, da implementação de novas tecnologias que permitam a valorização dos recursos florestais, da promoção do associativismo e da criação e do funcionamento em rede, da inovação e de estratégias integradas com vista á dinamização e sustentabilidade territorial, social e económica do mundo rural.
- 2.** Prosseguir uma gestão sustentável dos recursos naturais disponíveis; de acordo com as políticas em vigor; salvaguardando e promovendo a incorporação de boas práticas agrícolas, mantendo os valores culturais e paisagísticos, a biodiversidade e a multifuncionalidade dos espaços rurais e das áreas protegidas, de modo a valorizar as mais-valias, nomeadamente, ambientais, criadas pelos sistemas agro-florestais e a manter os níveis elevados de qualidade ambiental.
- 3.** Promoção de sistema produtivos numa perspectiva de fornecimento de serviços ambientais, designadamente, da biodiversidade e também dos sumidouros de CO2 associados às pastagens e sistemas florestais.
- 4.** Atrair recursos humanos e melhorar a qualificação dos existentes, quer através da melhoria da formação de base e profissional, quer através da atracção de jovens com formação adequada para estas actividades, tendo por base uma estratégia integrada de diversificação de actividades, alicerçada no estímulo para o empreendedorismo e na consequente criação de oportunidades de emprego, sem perder de vista a formação e os valores de cariz ambiental.
- 5.** Conseguir introduzir melhorias acentuadas no processo produtivo através da incorporação de tecnologias inovadoras, que garantam uma gestão mais eficiente dos recursos, nomeadamente da água de rega e dos recursos energéticos e que de preferência surjam associadas a projectos de I&D, procurando estabelecer uma articulação eficaz entre as actividades I&D e as reais necessidades no âmbito da agricultura, pecuária e floresta.
- 6.** Garantir, no que diz respeito ao EFMA, adequados níveis de qualidade da água a fornecer para as diversas utilizações, compatível com custos economicamente comportáveis.
- 7.** Promoção das culturas energéticas, nomeadamente de Colza e Girassol beneficiando dos factores de produção já instalados e da futura instalação, em Sines, de uma grande unidade de processamento de biodiesel. Nos distritos de Beja e Portalegre a produção de biomassa é também uma alternativa económica, aproveitando as unidades de queima de biomassa, para produção de energia eléctrica, que serão instaladas nestes dois distritos, num futuro próximo.

Mapa 10 – Uso Actual do Solo



Mapa 11 – Perímetros de Rega

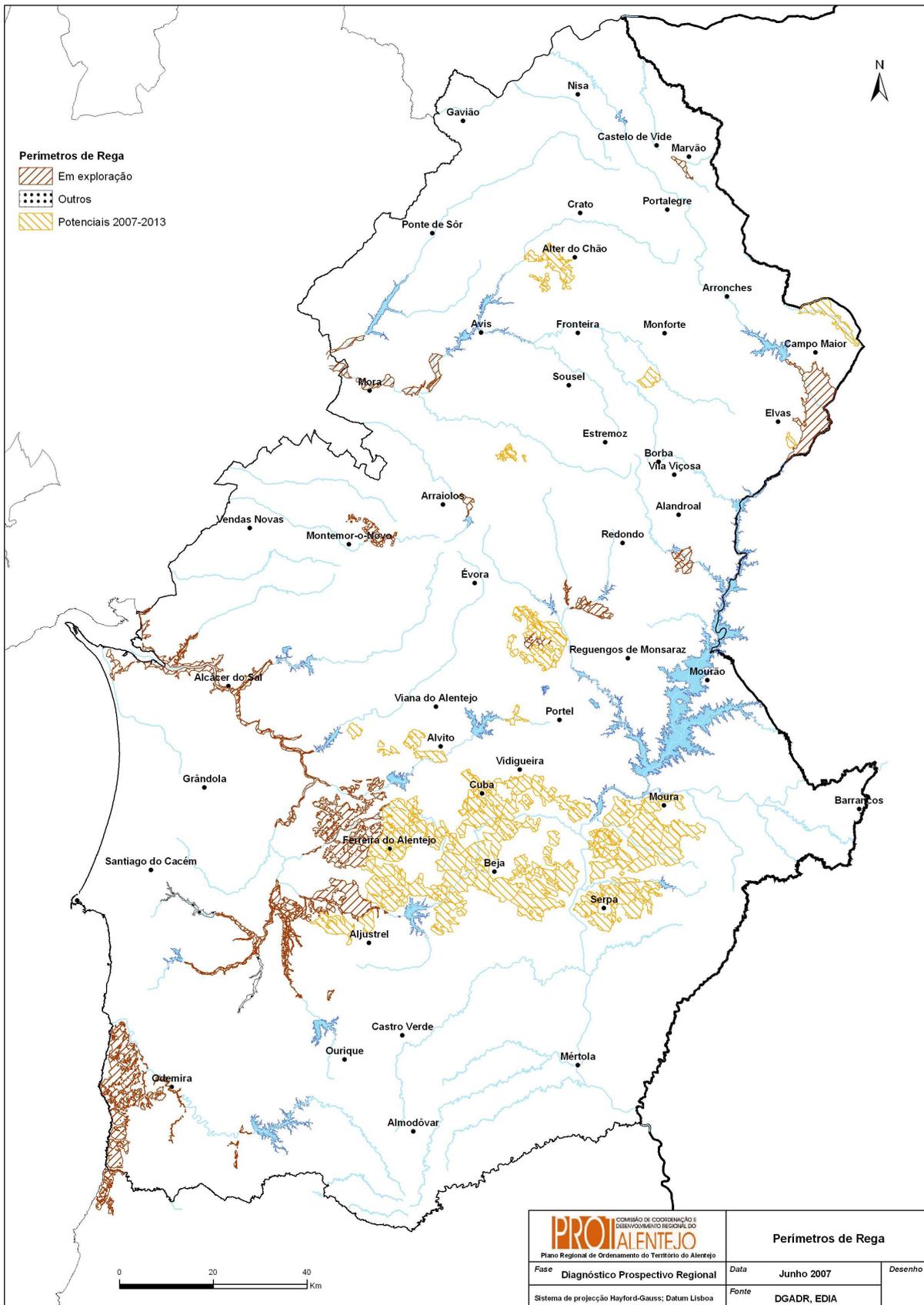


Gráfico 1 – Produtividade do Sector Primário e Peso do Sector Primário na Produção Regional, por NUT III - 2003

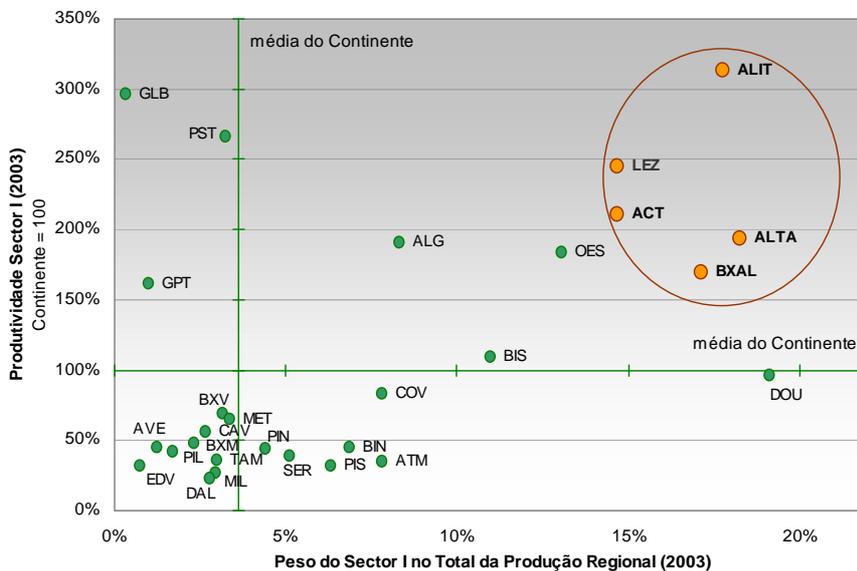
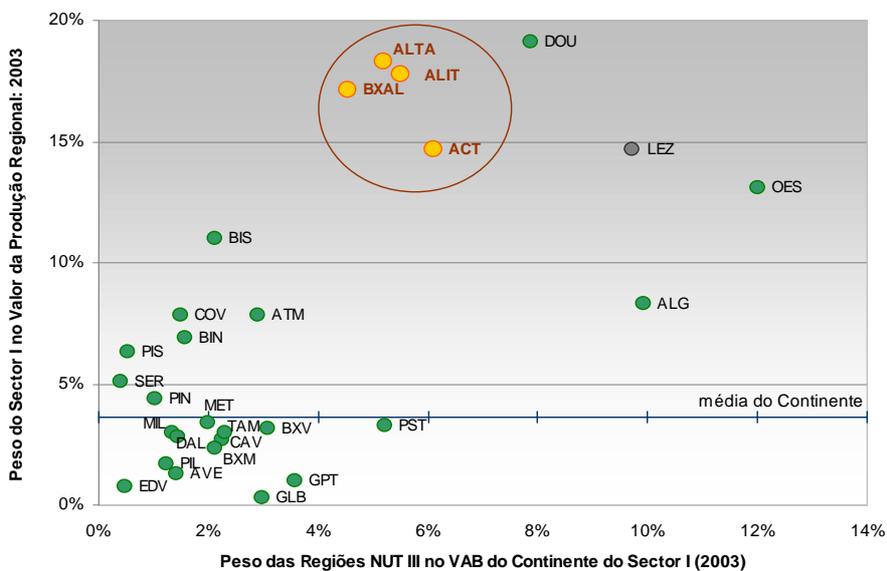
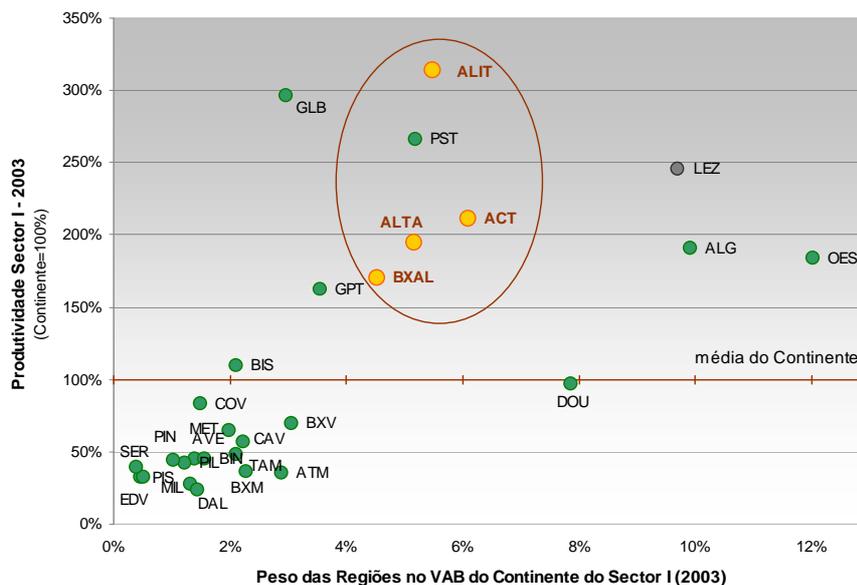


Gráfico 2 – Peso do Sector Primário na Produção Regional (NUT III) e Peso da Região no Total de Produção do Sector Primário do Continente - 2003



Fonte: Equipa do PROT, com base em INE – Contas Regionais
 Nota: Ver na **Tabela A 1**, página 77 a descrição das siglas das NUT III utilizadas nos gráficos

Gráfico 3 – Produtividade do Sector Primário e Peso das Regiões na Produção do Sector Primário no Continente, por NUT III - 2003



Fonte: Equipa do PROT, com base em INE – Contas Regionais

Nota: Ver na **Tabela A 1**, página 77 a descrição das siglas das NUT III utilizadas nos gráficos

VII. DIAGNÓSTICO INTEGRADO DO DOMÍNIO DAS ESTRUTURAS SOCIO-ECONÓMICAS E ACTIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS

Potencialidades Estratégicas:

- 1.** Posição de proximidade e de charneira entre a Área Metropolitana de Lisboa e o Algarve e entre a Área Metropolitana de Lisboa e Espanha, com atravessamento por infra-estruturas internacionais de acessibilidades e transportes potenciadoras da localização de actividades económicas e indutoras de uma acrescida atractividade empresarial e, conseqüentemente, de uma maior abertura e relação económica com o exterior. A importância dada pelo corredor rodo-ferroviário Ibérico, do ponto de vista do posicionamento geo-económico da região, é reforçada pela futura construção do “corredor digital” Lisboa-Madrid, bem como pela implementação do projecto da Rede (Digital) Comunitária do Alentejo Central.
- 2.** Extensa fachada atlântica potenciadora de vários usos e actividades com relevante importância económica regional. Destaque, particular, para a localização do Porto de Sines que constitui, a principal infra-estrutura portuária nacional de movimentação de mercadorias, oferecendo um potencial de afirmação à escala ibérica e europeia. É ainda de sublinhar a presença de importantes áreas estuarinas (Sado, Mira e Lagoas de Melides, Santo André e Sancha) e águas interiores (rios e albufeiras) de uma grande riqueza de recursos (e.g. animais marinhos, sal, e algas), com uma importante relevância para a dinamização de actividades económicas, nomeadamente, no domínio das pescas e aquicultura, as quais, devidamente enquadradas, constituem uma mais valia ambiental e económica.
- 3.** Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA) – projecto multisectorial com capacidade de induzir novas dinâmicas na base económica da região através dos potenciais efeitos nos sectores agrícolas e da agro-indústria, do turismo, da energia e do ambiente.
- 4.** As características ambientais, paisagísticas, culturais e patrimoniais da região consubstanciam, no quadro das mais recentes tendências da procura turística nacional e internacional, um contexto territorial de excelência bastante favorável ao desenvolvimento de um forte e qualificado *cluster regional de turismo* assumindo uma posição de relevante importância na estrutura da base económica regional.
- 5.** Existência de um conjunto de equipamentos culturais distribuídos por todo o território (salas de espectáculos, de exposições, museus e bibliotecas), aliados a uma programação cultural de qualidade, capazes de se constituírem em factores de atracção de visitantes à região.
- 6.** A abertura da exploração comercial do Aeroporto de Beja, na vertente de transporte civil de passageiros e mercadorias, cria uma importante plataforma regional de conectividade internacional, particularmente relevante para o Baixo Alentejo e Alentejo Litoral, nomeadamente para os sectores e

actividades com uma vocação e dinâmica internacional.

7. O Alentejo apresenta boas características para o desenvolvimento das energias renováveis (particularmente nos biocombustíveis, no solar fotovoltaico e nas ondas). No que se refere à indústria fotovoltaica, a existência de algum know-how na região, juntamente com a instalação das duas centrais em Serpa e Moura, deverá motivar a constituição de parcerias empresas-instituições de investigação de modo a formar-se, na região, um forte cluster tecnológico neste domínio. O litoral alentejano apresenta, por seu lado, uma extensão de costa considerável, com um bom nível energético de ondulação, o que determina a pré-selecção de localizações privilegiadas da costa alentejana para a instalação de parques de energia das ondas, que irão previsivelmente desenvolver-se até 2015.

8. Reserva de recursos geológicos com elevado valor e diversidade, com destaque para as rochas industriais e ornamentais (elevada qualidade e reconhecida beleza) e os sulfuretos polimetálicos, ricos em cobre e zinco, associados à Faixa Piritosa Ibérica.

9. A região dispõe de um conjunto de infra-estruturas e condições na área das TIC, que a podem tornar uma alternativa viável, em termos nacionais, para a criação de espaços qualificados de localização e de desenvolvimento empresarial e tecnológico. A região também pode afirmar-se como um exemplo qualificado de boas práticas no domínio da administração electrónica [e-admin], virada para a prestação de serviços de valor tangível a disponibilizar aos cidadãos/empresas/administração.

10. A sistemática modernização do centro electroprodutor de Sines, líder actual e no futuro próximo da produção de energia eléctrica nacional, será fortemente impulsionada, fruto da actualidade política internacional dos temas energéticos e ambientais, considerando os investimentos previstos. Neste contexto, Sines deverá acompanhar as tecnologias de *melhores práticas* mundiais e, assim, assumir-se como um centro produtor de carvão limpo com um desempenho ao nível das melhores performances mundiais, relativamente a rendimento energéticos e emissões de CO₂.

11. Embora muito concentrado em instituições de natureza pública, a região dispõem de uma relevante capacidade de investigação e desenvolvimento tecnológico, liderada pela Universidade de Évora e pelos Institutos Politécnicos (Beja e Portalegre), mas também alargada a instituições com actividade dirigida a sectores fundamentais da base económica regional. Destacam-se neste conjunto de instituições o CEVALOR, no domínio das rochas ornamentais, o Centro Operativo e de Tecnologia do Regadio (COTR), bem como os Centros de Experimentação Agrícola, entre outros. A recente constituição do Centro de Biotecnologia do Alentejo (CEBAL) reforça a capacidade de inovação e de desenvolvimento tecnológico e empresarial existente da região, nomeadamente, associados a recursos produtivos regionais.

Factores de Estrangulamento:

1. Reduzida dimensão económica da região e dos seus principais centros urbanos dificultando a obtenção de limiares de mercado que sustentem a criação e desenvolvimento de actividades

especializadas na área dos serviços pessoais e às empresas e do comércio.

- 2.** Tendência de despovoamento que a região vem sofrendo nas últimas décadas, comprometendo a sustentabilidade de serviços e comércio tradicionais de apoio às populações, nomeadamente nas zonas rurais mais fragilizadas.
- 3.** Deficiente qualificação dos recursos humanos associado à dificuldade de retenção de recursos humanos qualificados, especialmente da população jovem residente, o que constitui um adicional obstáculo à captação de investimento externo, dificultando, simultaneamente, a implementação de dinâmicas de reforço da competitividade das empresas locais.
- 4.** Deficiente qualificação da generalidade dos espaços de acolhimento de empresas – zonas industriais – os quais, disponibilizando condições infra-estruturais mínimas, são limitados na disponibilidade de serviços de apoio às empresas, no nível de infra-estruturas mais especializadas e nas estruturas e modelos de gestão e de promoção, o que tem inviabilizado a constituição de um eficaz e atractivo sistema de infra-estruturas de acolhimento empresarial de âmbito regional.
- 5.** A previsível saturação a breve prazo dos terraplenos do Porto de Sines, em particular, no cais de acostagem do Porto de Sines, conjugada com a inexistência de capacidade portuária nos restantes núcleos piscatórios para actuarem como pólos complementares àqueles porto, constitui um factor de estrangulamento às perspectivas de desenvolvimento das actividades haliêuticas e de diversificação da base económica da sub-região litoral.
- 6.** Debilidade do tecido empresarial turístico local caracterizado por uma estrutura de gestão familiar com mão-de-obra pouco qualificada (particularmente no sector de restauração) e reduzida propensão para a inovação. No que diz respeito à procura, os fluxos turísticos têm registado uma marcada sazonalidade resultando numa baixa taxa de ocupação-cama anual. A evolução da procura nos anos recentes é também caracterizada por um comportamento oscilante do número de turistas na região.
- 7.** Apesar das profundas melhorias registadas na rede de acessibilidades durante as duas últimas décadas, persistem situações de deficientes condições de mobilidade intra-regional, bem como de deficientes ligações extra-regionais. As limitações existentes no quadro das acessibilidades rodoviárias (rede nacional e municipal) constroem uma eficaz articulação do sistema urbano regional e de uma mais intensa integração económica de âmbito territorial.
- 8.** Insuficiente investimento nos valores patrimoniais, de forma a promoverem a sua conservação, valorização e criação de mais valias económicas e culturais para a região.

Tendências Pesadas:

- 1.** Reforço do papel dos principais corredores rodo-ferroviários e das infra-estruturas de conectividade nacional e internacional como factores de configuração da geografia económica da região, garantido pelo efeito sobre as condições de atractividade empresarial que proporcionam e promovem
- 2.** Crescente ampliação da área de influência da Área Metropolitana de Lisboa, com particular incidência sobre os municípios alentejanos próximos da AML e atravessados pelos corredores nacionais e internacionais de acesso a Lisboa.
- 3.** A definição, no contexto do PENT, de dois pólos turísticos na região, numa óptica de desenvolvimento do turismo nacional e internacional, constitui um novo factor de importância estruturante sobre as dinâmicas e a organização funcional (desenvolvimento de novos produtos turísticos na região) e territorial do turismo no Alentejo, reforçando, por um lado, o papel do sector na base económica regional e, por outro, a posição do Alentejo no quadro do sector turístico nacional,
- 4.** Flutuação dos preços dos minérios nos mercados internacionais introduzindo um elevado factor de incerteza na manutenção das actividades extractivas.
- 5.** Movimento de dimensão internacional, traduzido numa prioridade política no âmbito europeu, centrado na necessidade de diversificar as fontes energéticas e, assim, encontrar alternativas à elevada dependência energética dos combustíveis fósseis, abrindo um amplo campo de acção no domínio das energias renováveis, onde a região Alentejo oferece vantagens substanciais.
- 6.** Reforço da dinâmica e do papel fundamental das cidades e das grandes infra-estruturas logísticas e económicas como espaços e elementos territoriais geradores de processos de desenvolvimento económico, de inovação e de criação de ambientes de competitividade territorial.

Tendências Emergentes:

- 1.** Manifestação de um conjunto de factores climatéricos, produtivos, infra-estruturais e de formação, potencialmente favoráveis ao desenvolvimento da aeronáutica. O facto de existir alguma capacidade já instalada no que se refere ao fabrico de pequenas aeronaves (Ponte de Sor), bem como a emergência de projectos associados ao fabrico de aeronaves (Évora), a que se juntam os desenvolvimentos em torno do Aeroporto de Beja, permitem antever uma dinamização acrescida deste sector na região.
- 2.** O Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA), enquanto projecto multisectorial, impulsiona novas dinâmicas nas actividades agrícola e agro-industrial, energética e turística com importantes implicações no uso e ocupação do solo na área envolvente e de influência da albufeira, com consequências potencialmente importantes na estrutura económica regional / sub-regional.

- 3.** As perspectivas de crescimento das actividades da aquicultura, considerado a nível nacional como uma das actividades com elevado potencial de crescimento, encontram na região condições naturais favoráveis à sua concretização. Havendo necessidade de se proceder ao seu adequado ordenamento territorial as da aquicultura oferecem uma perspectiva de animação e inovação no domínio das actividades marinhas, nomeadamente, nos estuário do Sado e do Mira, permitindo a dinamização das economias locais da costa atlântica.
- 4.** Manifestação de um conjunto de iniciativas empresariais no domínio das energias renováveis, bem como no da investigação em combustíveis alternativos (bioetanol) o que pode impulsionar o desenvolvimento e afirmação deste sector como estrategicamente relevante na perspectiva de ampliação e diversificação da base económica regional.
- 5.** Desenvolvimento de novas tendências/motivações dos fluxos turísticos privilegiando o desenvolvimento de produtos turísticos singulares baseados em factores de ordem patrimonial, cultural e ambiental em correspondência com as principais potencialidades de desenvolvimento turístico oferecidas pela região do Alentejo.

Desafios:

- 1.** Estruturar, qualificar e vocacionar a rede de espaços de localização e desenvolvimento empresarial e logístico, em articulação com as opções estratégicas de desenvolvimento do sistema urbano e promovendo a consolidação de especializações produtivas territoriais. A criação de uma rede devidamente estruturada de espaços empresariais, devidamente qualificada, em infra-estruturas, serviços e modelo de gestão, deverá afirmar-se na perspectiva de, por um lado, apoiar o desenvolvimento das empresas locais e regionais e, por outro, criar condições qualificadas de atracção e de acolhimento de investimento extra-regional, o que constituirá um dos vectores fundamentais para a ampliação e diversificação da base económica regional.
- 2.** Desenvolver, no quadro das tendências recentes da procura turística nacional e internacional, um forte e qualificado *cluster regional de turismo* assente nas características de excelência territorial que a região oferece – no domínio ambiental, paisagístico, cultural e patrimonial - enquadrado por uma estratégia de diversificação de produtos turísticos qualificados, estabelecida numa perspectiva de inequívoca compatibilização entre os níveis de qualidade ambiental e paisagística, as características da estrutura urbana regional e o modelo de organização territorial da ocupação e desenvolvimento turístico.
- 3.** Compatibilizar os diferentes usos da faixa costeira promovendo a diversificação das actividades e a exploração sustentável dos recursos. Neste contexto o desafio passa por estabelecer, por um lado, uma abordagem de ordenamento territorial das actividades de aquicultura e, por outro, articular a qualificação do porto de Sines e dos restantes núcleos piscatórios numa perspectiva de rede de infra-estruturas de apoio à pesca.
- 4.** Promover o cluster das “Energias Limpas” na região, nomeadamente, nas energias que apresentam condições endógenas mais favoráveis: solar, biocombustíveis e ondas. Nestes domínios, há que desenvolver mecanismos que favoreçam a escolha da região para a localização de grandes investimentos nacionais, públicos ou privados agregando todas as capacidades da região de modo a retirar o máximo potencial destas infra-estruturas, congregando indústrias instaladoras, manutenção técnica, e esforço de investigação aplicada, que alicerce um verdadeiro pólo de excelência neste domínio energético emergente.
- 5.** Explorar as potencialidades emergentes no domínio das Tecnologias de Informação e de Comunicação, associadas à futura localização de importantes redes de infra-estruturas digitais de âmbito regional e supra-regional, no sentido de criar no Alentejo centros de competência de reconhecimento nacional/internacional estabelecendo, por um lado, parcerias com actores económicos regionais e empresas de referência no sector e, por outro, dinamizando uma forte ligação destas empresas com as instituições de Ensino Superior regional. No mesmo sentido, garantir uma continuação do trabalho iniciado com os projectos das cidades e regiões digitais permitirá a consolidação da região nas actividades de governo-electrónico.
- 6.** Estabelecer uma adequada articulação entre os vários agentes locais e regionais intervenientes no domínio da valorização, formação e qualificação profissional, no sentido de intensificar o combate ao grave problema dos baixos níveis de qualificação escolar e profissional da população activa, particularmente, da sua componente jovem. Torna-se também fundamental adequar o sistema de

formação e qualificação às necessidades emergentes introduzidas pela dinamização de novos sectores económicos.

7. Implementar um sistema de ciência-tecnologia-inovação empresarial, ajustado às características do tecido empresarial regional, que sirva de catalizador do desenvolvimento das empresas e dirigido, nomeadamente, aos sectores tradicionais e sectores emergentes onde a região pretende afirmar e reforçar os respectivos factores de competitividade regional (os clusters estratégicos).

Gráfico 4 - Estrutura Regional (NUT II/89) da Produção (PIB) do Continente (Continente =100%)

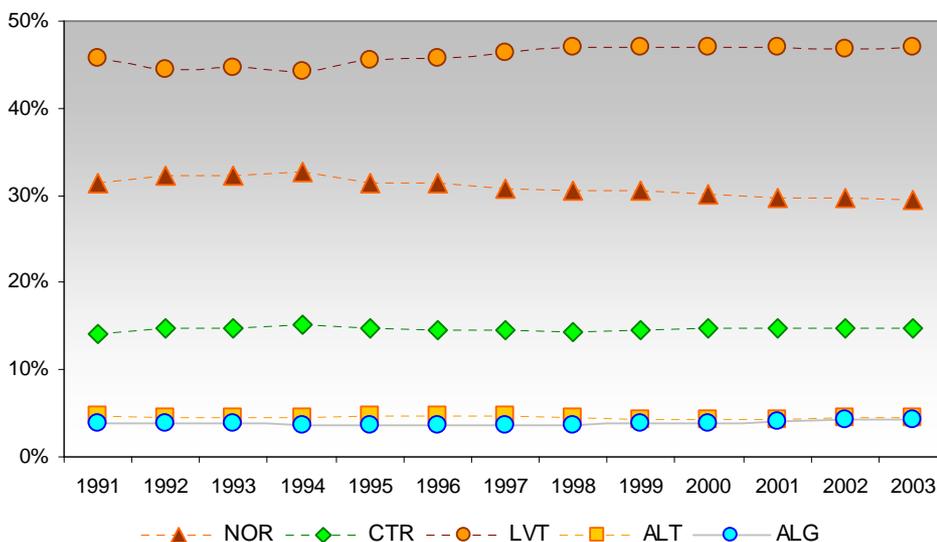
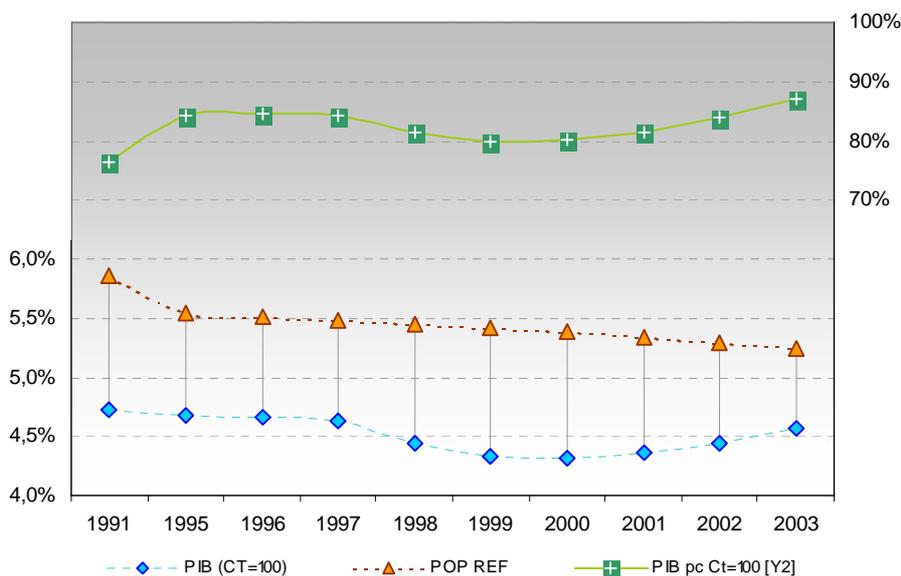


Gráfico 5 – ALENTEJO - Evolução do PIB, da População e do PIB pc, face ao referencial do Continente (Continente =100%)



Fonte: Equipa do PROT, com base em INE – Contas Regionais

Notas:

1) Ver na **Tabela A 1**, página 77 a descrição das siglas das NUT III utilizadas nos gráficos

2) Neste conjunto de gráficos a **unidade estatística Alentejo** diz respeito à NUT II Alentejo na sua configuração estabelecida pela legislação das NUT de 1989. Assim, a unidade estatística Alentejo aqui utilizada não inclui a NUT III Lezíria do Tejo.

Gráfico 6 -- Evolução do peso das sub-regiões (NUT III) do Alentejo e da região Alentejo na produção do Continente (Continente =100%)

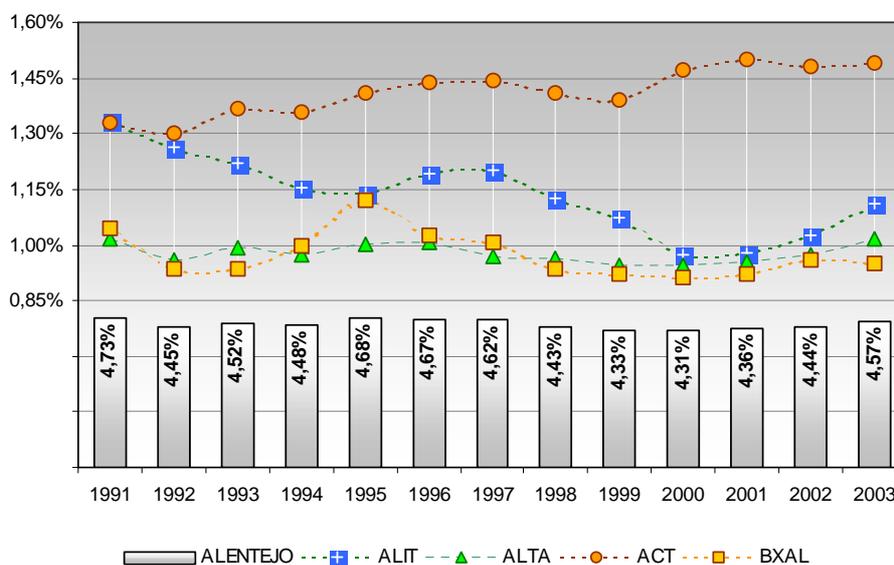
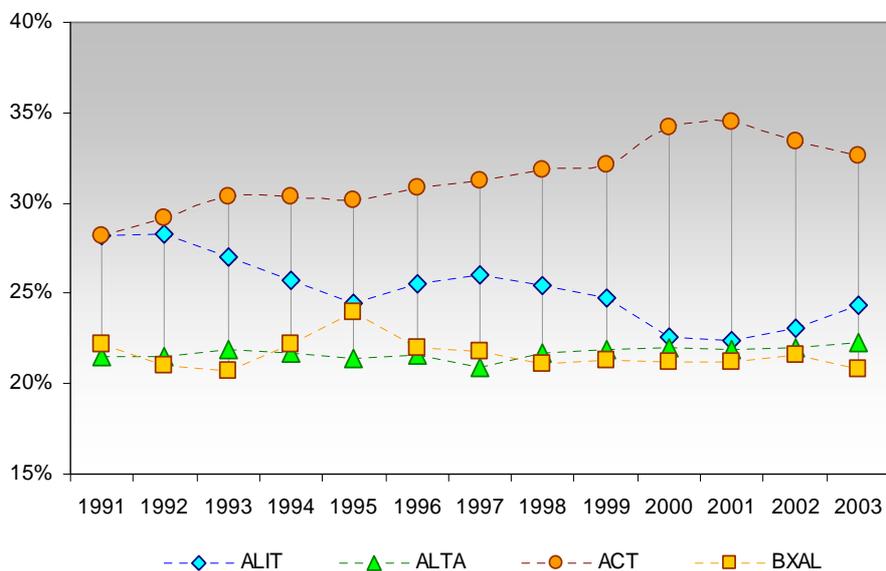


Gráfico 7 – ALENTEJO - Evolução da estrutura sub-regional da produção (Alentejo =100%)



Fonte: Equipa do PROT, com base em INE – Contas Regionais

Notas:

1) Ver na **Tabela A 1**, página 77 a descrição das siglas das NUT III utilizadas nos gráficos

2) Neste conjunto de gráficos a **unidade estatística Alentejo** diz respeito à NUT II Alentejo na sua configuração estabelecida pela legislação das NUT de 1989. Assim, a unidade estatística Alentejo aqui utilizada não inclui a NUT III Lezíria do Tejo.

Gráfico 8 – Produtividade e PIB per capita, posição relativa das NUT III (Continente = 100%) – A

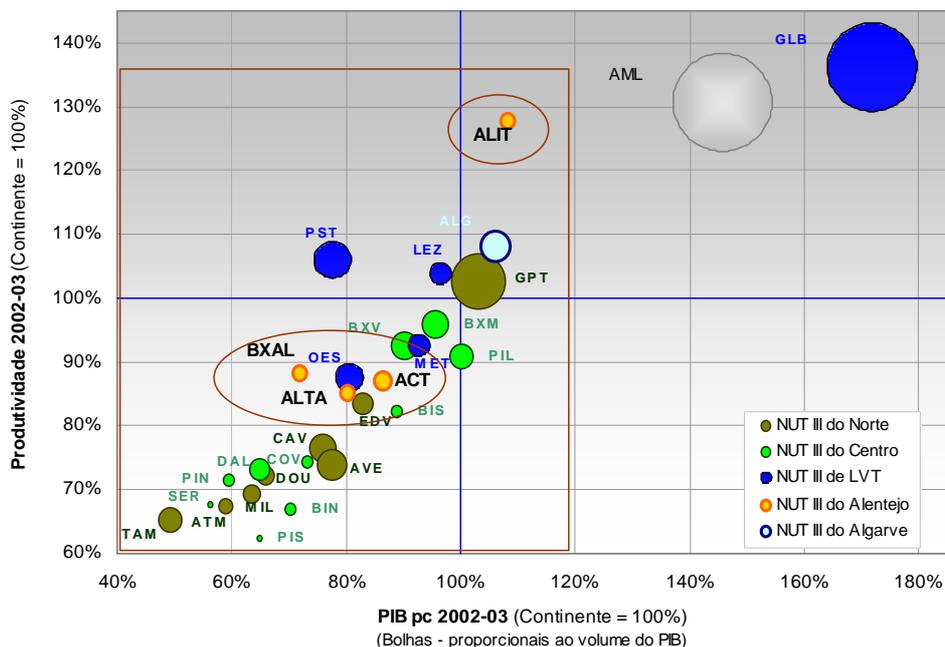
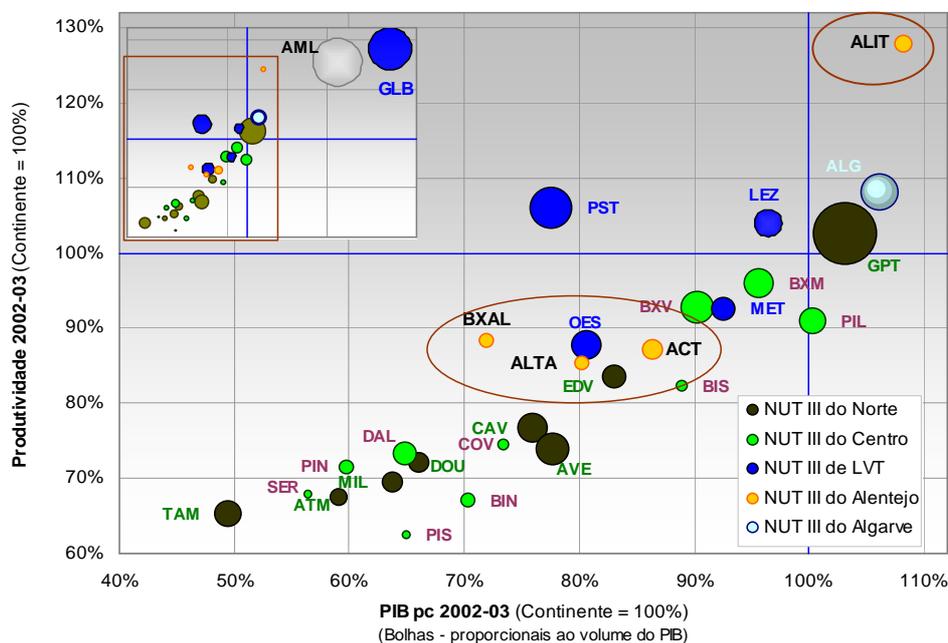


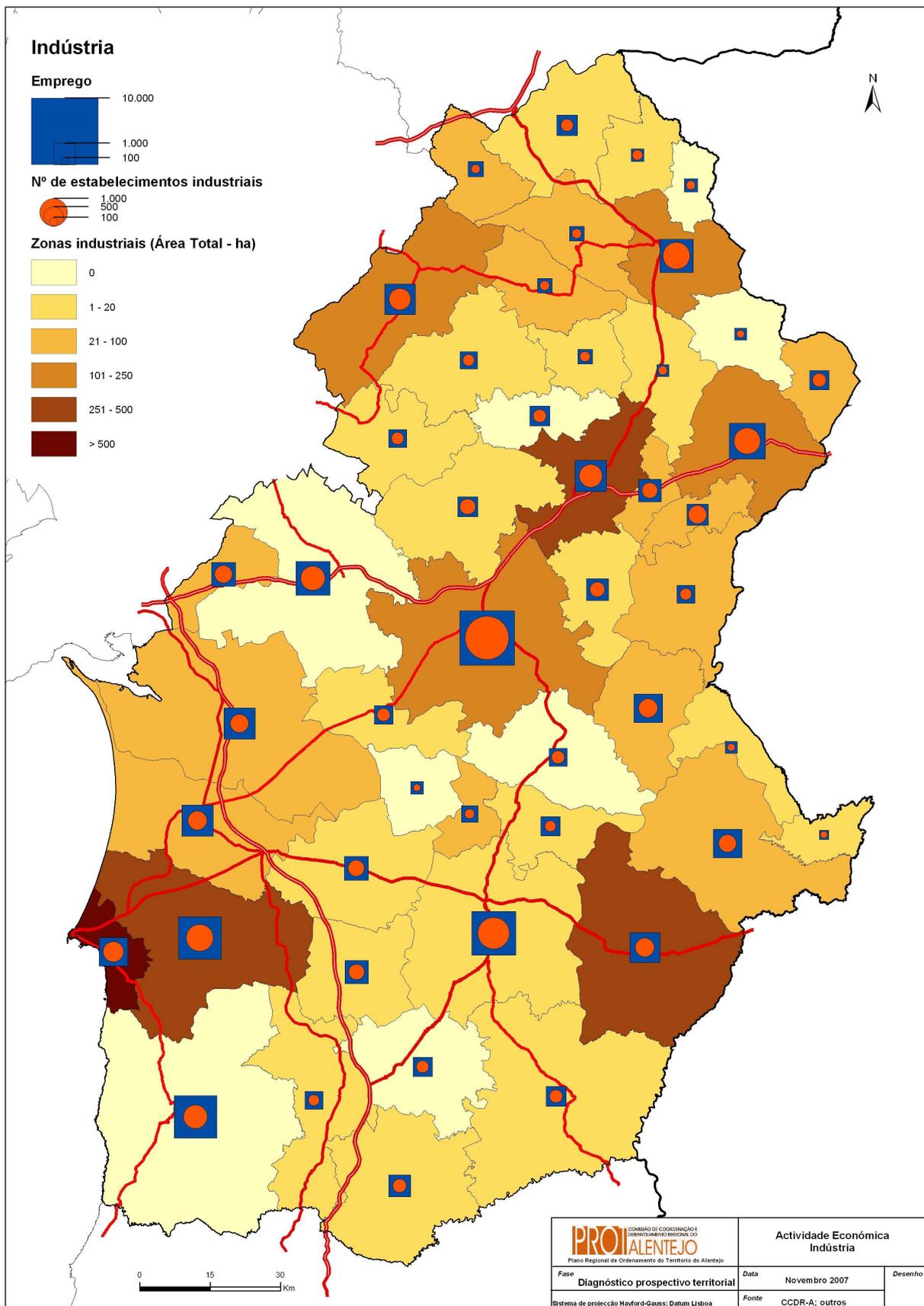
Gráfico 9 – Produtividade e PIB per capita, posição relativa das NUT III (Continente = 100%) – B³



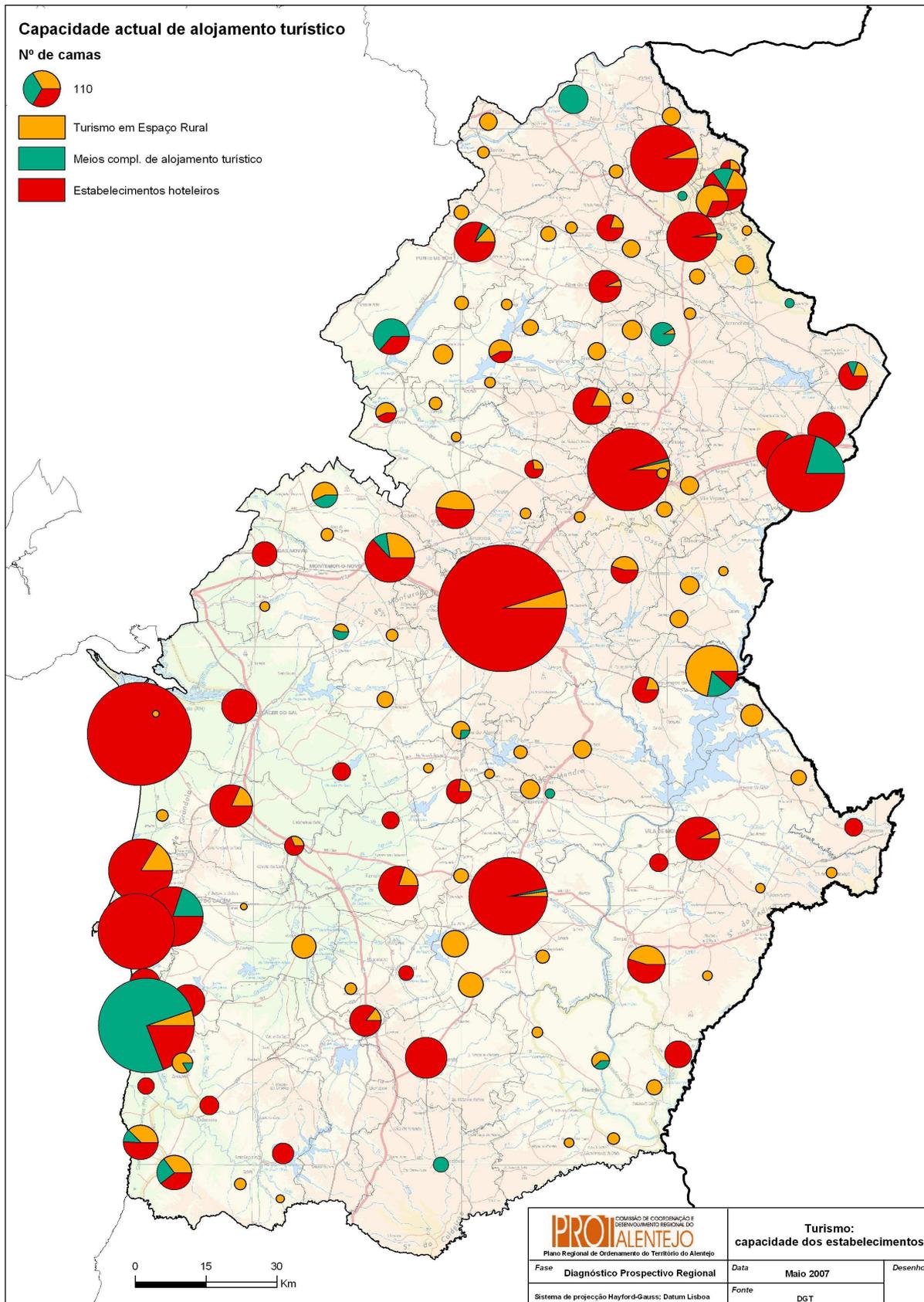
Fonte: Equipa do PROT, com base em INE – Contas Regionais
 Nota: Ver na **Tabela A 1**, página 77 a descrição das siglas das NUT III utilizadas nos gráficos

³ - o gráfico B é uma ampliação do zona assinala no gráfico A.

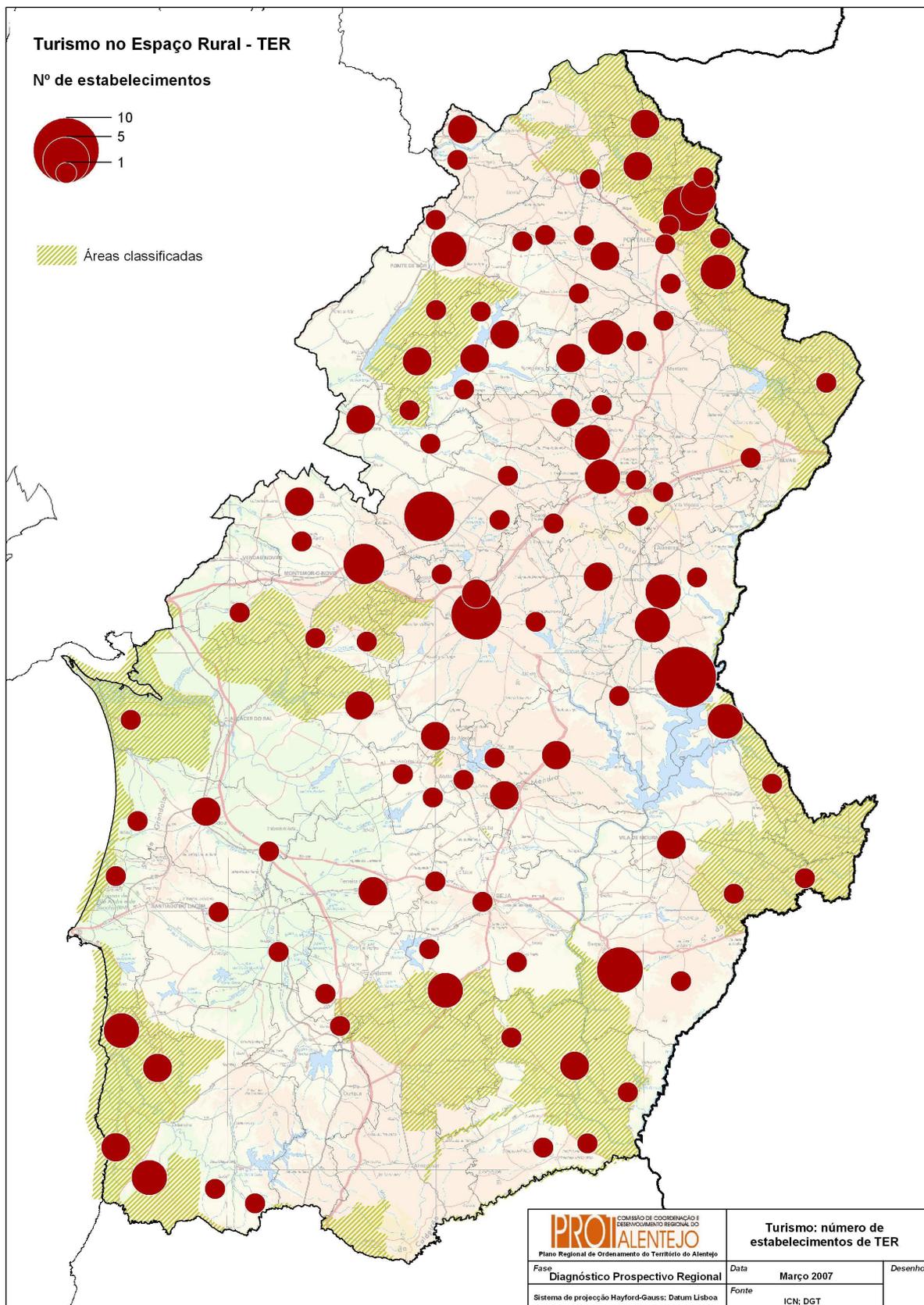
Mapa 12 – Actividade Económica - Indústria



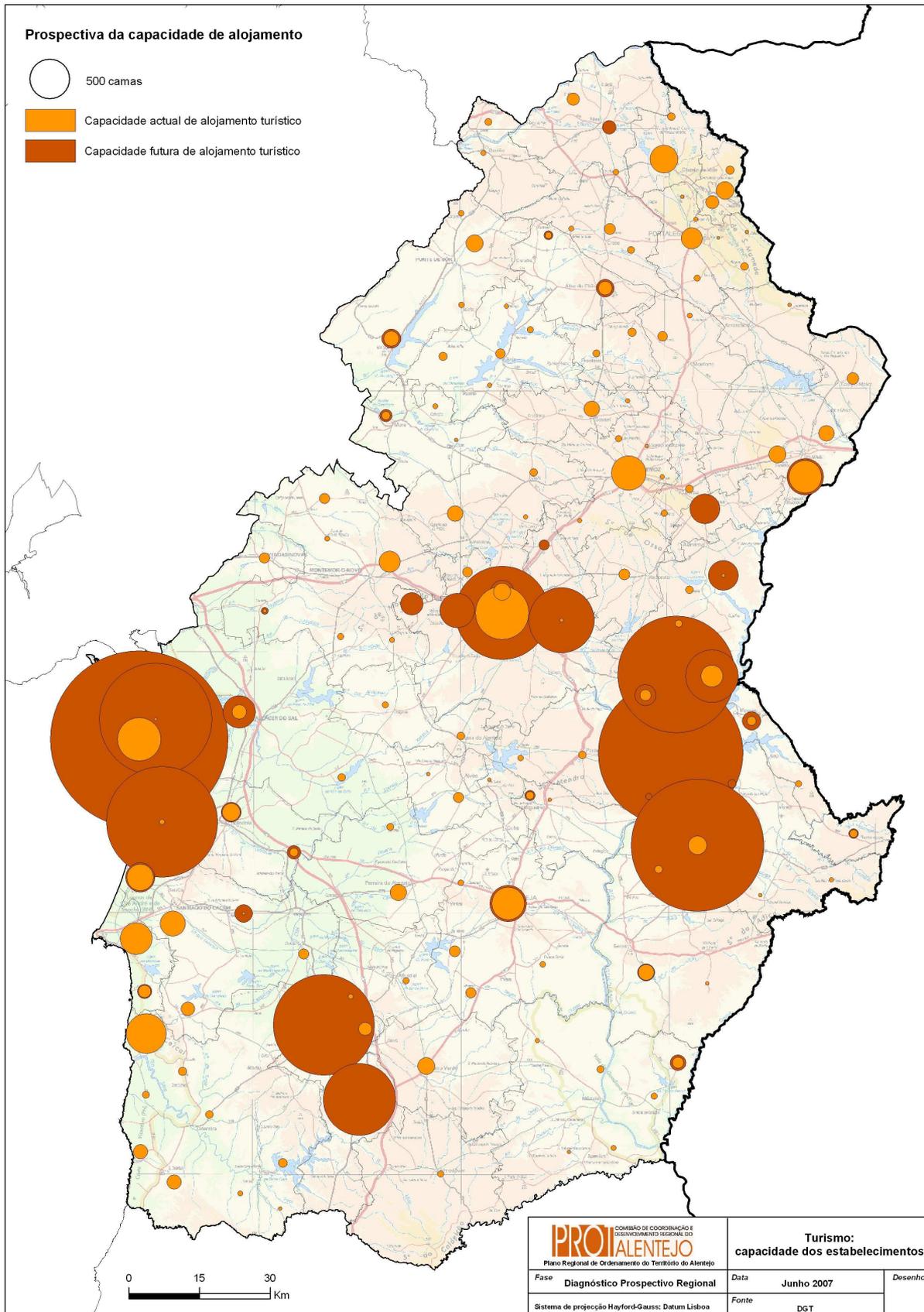
Mapa 13 – Turismo: capacidade actual de alojamento



Mapa 14 – Turismo: Nº de estabelecimentos de TER



Mapa 15 – Turismo: Prospectiva da capacidade de alojamento



VIII. DIAGNÓSTICO INTEGRADO DO DOMÍNIO DO SISTEMA URBANO E MODELO DE POVOAMENTO

Potencialidades Estratégicas:

1. A rede urbana principal está estruturada em torno das sedes de concelho. Neste conjunto destacam-se: Évora, Beja e Portalegre como as principais cidades âncora, enquanto pólos económicos e administrativos regionais; Sines/Santiago do Cacém/Santo André, o eixo urbano Elvas-Campo Maior e Estremoz/Borba/Vila Viçosa emergem reforçando a capacidade competitiva do sistema urbano regional.
2. Uma estrutura de povoamento concentrada, facilitadora do ordenamento territorial e da dotação de infra-estruturas e equipamentos. Os centros urbanos proporcionam uma qualidade de vida às populações residentes, fruto de uma razoável oferta de equipamentos e de infra-estruturas básicas, e de uma elevada segurança. Por outro lado, a população ainda residente fora dos centros urbanos é fundamental na sustentabilidade dos territórios de baixa densidade. Esta polifuncionalidade do território assenta numa rede polinucleada relativamente bem distribuída onde as sedes de concelho são os nós estruturantes.
3. Núcleos urbanos antigos de grande densidade e níveis de consolidação altos, com uma morfologia e uma malha urbana relativamente estabilizada. A urbanidade contrasta com a diversidade paisagística e a qualidade ambiental da região.
4. O valor patrimonial dos centros e núcleos históricos reflecte, em alguns casos, a cuidada evolução dos tecidos urbanos e evidencia o valor cultural, arquitectónico, arqueológico e artístico do edificado urbano. Simultaneamente, existe uma grande diversidade patrimonial em meio rural (arqueológico, arquitectónico religioso ou civil). Neste vasto conjunto patrimonial destacam-se pela sua singularidade, os monumentos megalíticos, alguns santuários e necrópoles, *villae* e cidades romanas, diversos vestígios de presença islâmica, a arquitectura popular em meio rural, o património mineiro (explorações antigas, povoações e instalações industriais) e alguns edifícios religiosos em meio rural ou urbano. Este valor cultural, associado ao património natural, transmitem à paisagem uma imagem singular com uma forte atractividade (população visitante).
5. Évora afirma-se como principal centro polarizador de dimensão regional, conseguida não só pela qualidade urbana mas, sobretudo, pelo significativo grau de internacionalização (turismo cultural, nomeadamente), dimensão patrimonial, cultural e universitária, e pela dinâmica económica e volume de emprego empresarial (não público).

Factores de Estrangulamento:

1. Nas últimas décadas a região sofreu uma significativa redução de população, tendo-se registado,

neste período, um reforço demográfico dos principais centros urbanos e uma redução da densidade populacional numa vasta área territorial fruto do despovoamento quase generalizado. O sistema urbano é constituído por um grande número de centros de pequena dimensão económica e social, com áreas urbanas que estão num processo de regressão demográfica. O Norte Alentejano e o Baixo Alentejo são territórios profundamente debilitados em termos demográficos, exibindo taxas de crescimento natural negativas e, conseqüentemente, um grande envelhecimento populacional.

2. Os níveis significativamente baixos da natalidade no Alentejo, muito abaixo do limiar de substituição das gerações, contribuem para o continuado decréscimo dos efectivos demográficos da região, embora com uma intensidade de declínio inferior à que se registou no passado. Assim, o despovoamento regional reflecte uma incapacidade de atracção suficiente para contrabalançar os decréscimos naturais, fruto de uma estrutura etária duplamente envelhecida (o crescimento migratório ultrapassou o natural, na última década, mas foi na maioria dos concelhos ainda incipiente). As aldeias e vilas mostram uma fraca capacidade de atracção e fixação de população e de geração de emprego.

3. A região do Alentejo apresenta uma percentagem significativa de população isolada (11%) criando constrangimentos em matéria de planeamento territorial, sobretudo na garantia de uma equidade territorial no acesso a bens, serviços e equipamentos, sobretudo para a população mais fragilizada pela avançada idade.

4. Uma economia e um consumo urbano dependente de transferências públicas. Funcionalismo público localizado nos centros urbanos sustenta a economia local, designadamente através das Câmaras Municipais, escolas, centros de saúde e equipamentos de cultura e lazer. Simultaneamente, uma percentagem muito significativa de população residente depende dos rendimentos das pensões e das reformas, e dos subsídios à agricultura.

Tendências Pesadas:

- 1.** Concentração populacional nos aglomerados urbanos de maior dimensão, acompanhada por um despovoamento considerável das áreas rurais e dos lugares de menor dimensão. A desvitalização económica e social do espaço rural traduz-se no abandono, envelhecimento, desemprego, e implicitamente migração para espaços urbanos de pessoas e serviços.
- 2.** Valorização crescente do património cultural e ambiental como suporte da atractividade regional, designadamente pela reabilitação dos centros históricos, recuperação de elementos patrimoniais e uma política cultural em prole do desenvolvimento.
- 3.** Progressiva articulação do território Alentejano com as regiões envolventes, facilitada pela melhoria das condições de acessibilidade e dinamizada pela globalização da economia regional.

Tendências Emergentes:

- 1.** Modelos de ocupação turística e urbana por vezes desadaptados das características da região, dada a grande dimensão dos empreendimentos, a nova morfologia induzida pelo desenho urbano e a multiplicidade e intensidade de usos que promove.
- 2.** Perda de funções residenciais e económicas de alguns núcleos históricos, acompanhada de um crescimento, por vezes desordenado e desqualificado, das periferias. Em alguns centros de maior dimensão, a expansão urbana cria espaços intersticiais abertos que condicionam o crescimento das cidades e desqualificam o espaço urbano.
- 3.** Tendência para a fixação de novas populações, pela via do crescimento da 2^{as} residências ou fixação de imigrantes, induzindo a recuperação ou valorização de certas actividades “tradicionais” e uma crescente terciarização do tecido económico.
- 4.** Crescente procura regional de locais de interesse patrimonial, relacionados com sítios e circuitos arqueológicos, arquitectónicos, artísticos e gastronómicos. Simultaneamente assiste-se a uma crescente procura regional para actividades de turismo e lazer, nomeadamente empreendimentos turísticos de grande dimensão com forte componente imobiliária, designadamente no Litoral Alentejano, na zona envolvente de Alqueva, na envolvente de Évora e da zona económica adstrita ao Aeroporto de Beja. Esta procura implica uma política urbanística sustentada e simultaneamente inovadora.
- 5.** Alteração ou reforço de funcionalidades específicas de determinados territórios, designadamente no domínio dos transportes e da logística, impulsionada pelos novos factores de localização estratégica, (Sines, Beja, Vendas Novas e Elvas).
- 6.** Tendência para a descaracterização de alguns aglomerados urbanos, com intervenções pouco

cuidadas no edificado existente, justificadas pela melhoria das condições de habitabilidade sem uma correspondente preocupação de preservação da imagem urbana e com um nível muito baixo de recurso às tecnologias e materiais tradicionais de construção.

7. Uma política mais concertada e inter-institucional de gestão dos serviços colectivos, com vista à qualificação dos serviços e de uma gestão mais eficiente, embora não estejam a ser acautelados convenientemente os processos de participação.

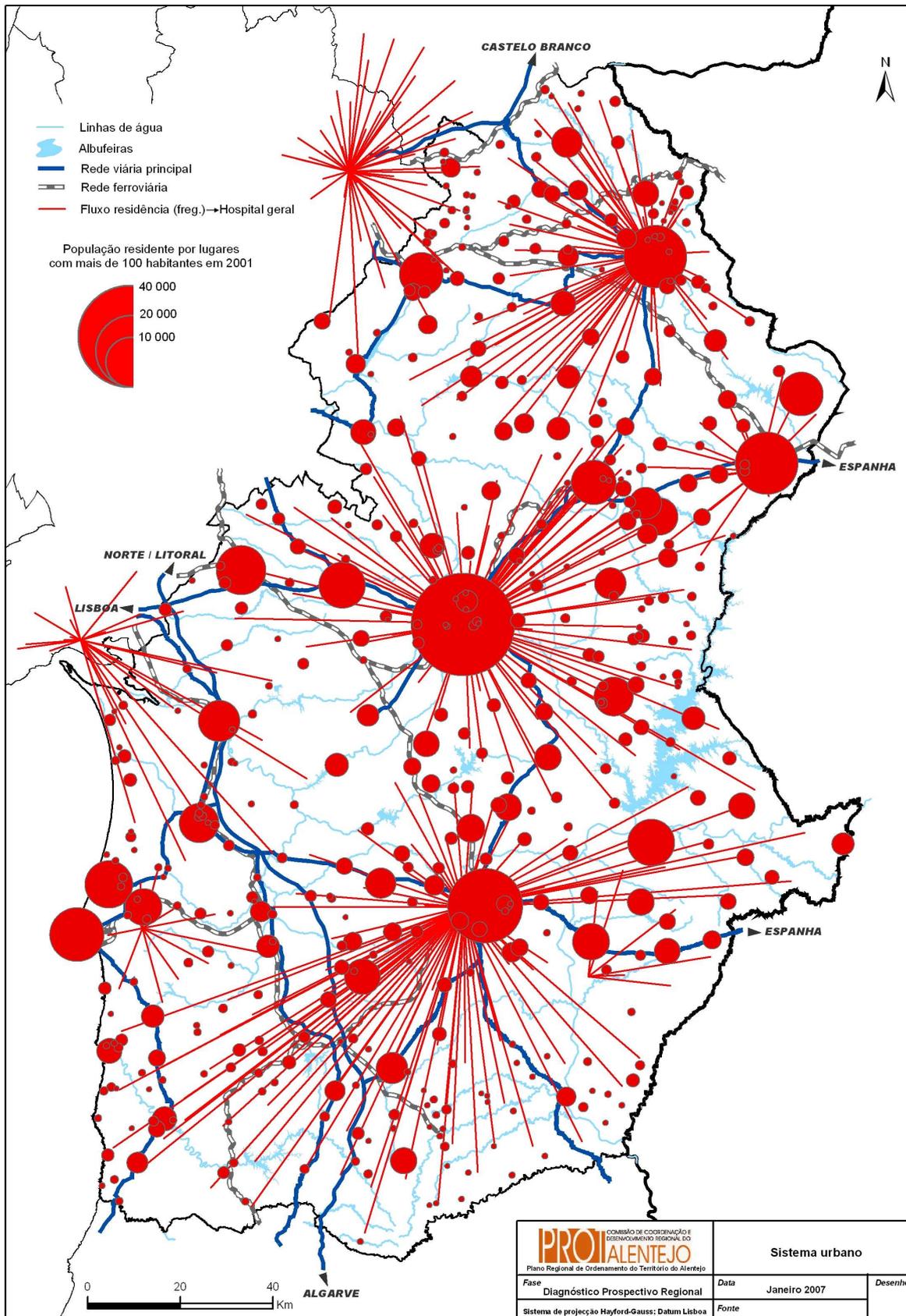
Desafios:

- 1.** O sistema urbano regional deve ser a estrutura potenciadora da competitividade e da coesão territorial. Neste sentido, o desafio passa por apostar numa rede urbana policêntrica, através de uma maior especialização funcional e de um reforço de complementaridades existentes, de forma a melhorar a qualidade urbana, as condições para a fixação de população residente e para o desenvolvimento das actividades económicas. Por outro lado, a dinamização de alguns eixos urbanos ou sub-sistemas inter-concelhios pode contribuir para um aumento da massa crítica urbana e uma gestão mais sustentável dos recursos.
- 2.** Reforçar e consolidar uma prática de cooperação territorial e de associação intermunicipal na promoção de políticas de desenvolvimento territorial, na oferta de equipamentos e serviços em função de sub-sistemas regionais ou do próprio sistema urbano regional. Esta cooperação garante uma maior racionalização dos recursos físicos e humanos e reforça a coesão social e territorial. Neste âmbito, devem merecer especial atenção as condições de acessibilidade e a oferta de transportes colectivos e o desenvolvimento de serviços móveis ou serviços suportados pelas TIC.
- 3.** Ajustar os sistemas de uso do solo de forma sustentável e harmoniosa, em função dos grandes investimentos existentes ou programados (transportes e logística - viários, ferroviários, aeroportuários e portuários; agrícolas e agro-industriais – EFMA; energéticos), tendo em conta o necessário acolhimento das actividades complementares decorrentes.
- 4.** Adequar o dimensionamento turístico aos recursos disponíveis, atendendo aos limiares de carga ambientais e patrimoniais. Neste sentido, o património cultural e natural devem ser encarados como factores de desenvolvimento local e regional. A protecção e valorização desse património passa pela valorização dos monumentos, sítios ou conjuntos relevantes a nível regional, nacional ou internacional (por exemplo, Mértola, Évora, Marvão, Elvas, Anda Grande do Zambujeiro e Cromeleque dos Almendres, etc), através da reabilitação do património edificado e da salvaguarda do património cultural, e de uma estratégia concertada e sustentável de afirmação patrimonial. Potenciar uma utilização em rede dos equipamentos culturais existentes e sensibilizar as populações e o tecido empresarial para a possibilidade de recuperação do edificado sem alteração das suas características arquitectónicas identitárias e recorrendo ao emprego de tecnologias e materiais tradicionais de construção.
- 5.** Os investimentos relacionados com a Plataforma Industrial e Logística de Sines vão no sentido de um reforço dos investimentos nos sectores industrial / energético e da logística, o que, em conjunto com o esperado crescimento dos fluxos de mercadorias na rede ferroviária e rodoviária, torna imperativa a necessidade de acautelar a compatibilidade entre os diversos usos do solo.
- 6.** Para assegurar a sustentabilidade dos espaços de baixa densidade é necessário reflectir o papel da rede de pequenos centros urbanos na prestação de serviços de proximidade. É necessário dotar os territórios de condições que lhes permitam assegurar a multifuncionalidade territorial – pluriactividade do território e da população – através da disponibilidade de TIC, da melhoria das

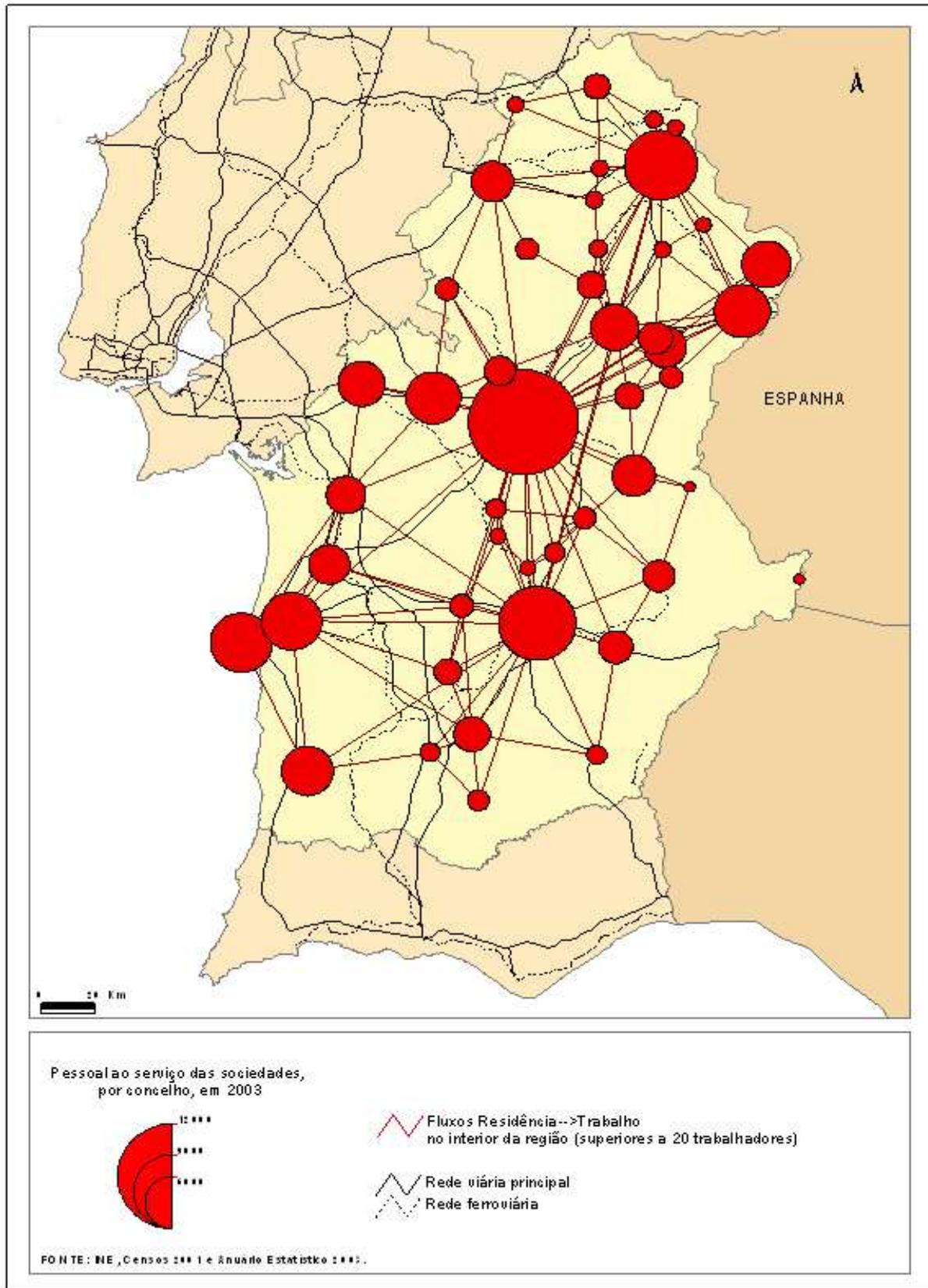
condições de mobilidade aos bens e serviços (este desafio coloca-se sobretudo para a população idosa e isolada, mas pode ser ultrapassado com um reforço dos serviços móveis).

7. O aumento da eficiência energética deverá ser o grande desafio dos próximos tempos no domínio da Energia. Deverão ser promovidos exemplos de boas práticas na eficiência e conservação da energia, assim como incentivada a substituição do consumo de energia de base fóssil por fontes de energia limpa renovável. A promoção, por parte da Administração Central e Local, de equipamentos dotados de infra-estruturas energéticas renováveis e sistemas bio-climáticos de conservação da energia deverão ser uma mostra explícita, à população, dos novos comportamentos a adquirir, face ao consumo de energia (edifícios e equipamentos públicos, em particular, piscinas, pavilhões desportivos, sedes de municípios). Outro vector urbano que importa otimizar, no que respeita ao consumo de energia, é o sector dos transportes. Aqui as opções passam pelo incentivo, nas curtas deslocações, do uso de bicicleta - rede de ciclo-vias - e, para deslocações de maiores distâncias, a aposta numa rede racional de transportes públicos.

Mapa 16 – Sistema Urbano e Redes Funcionais

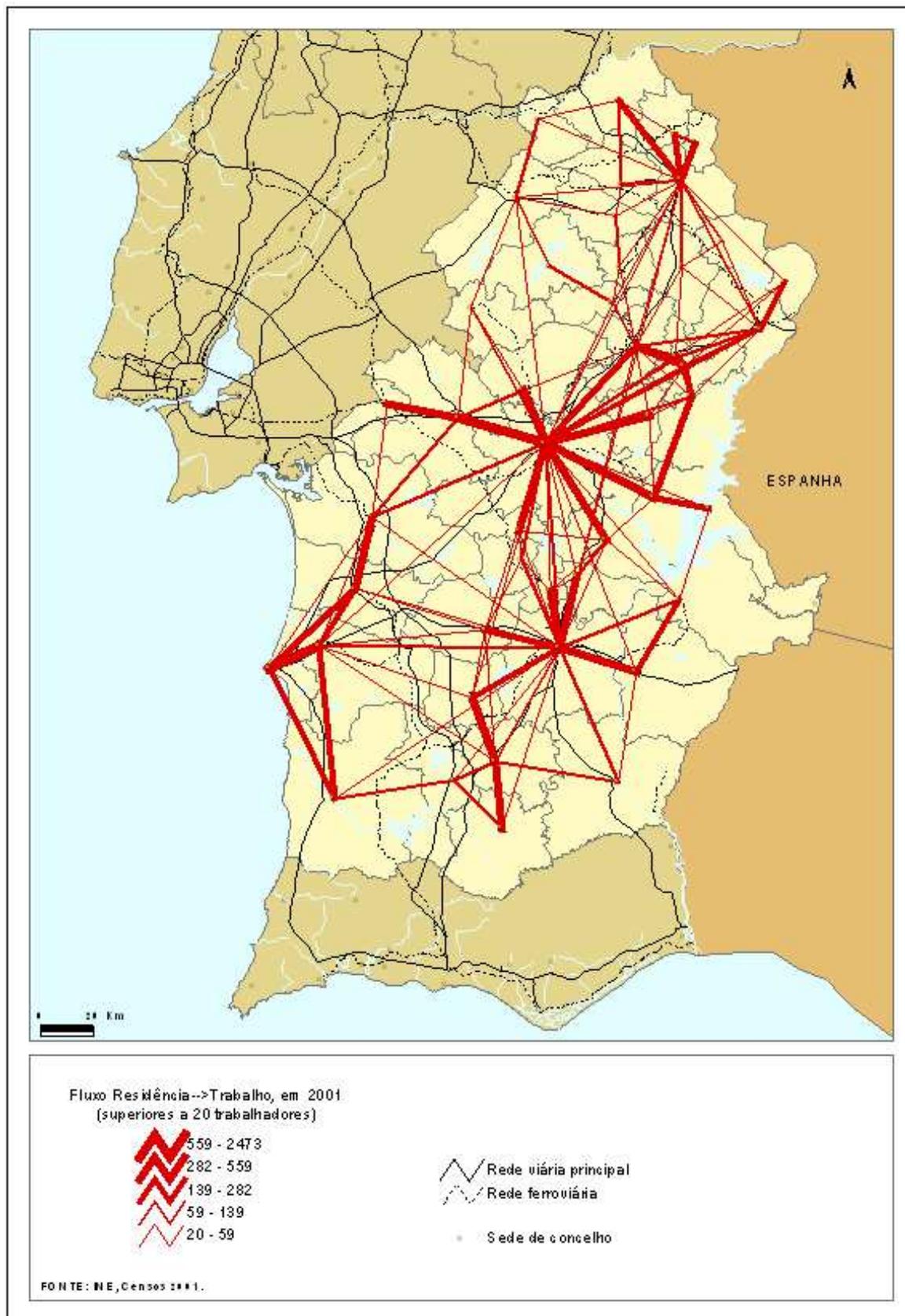


Mapa 17 – Pessoal ao Serviço nas Sociedades e Pendularidades Residência - Trabalho – 2001⁴

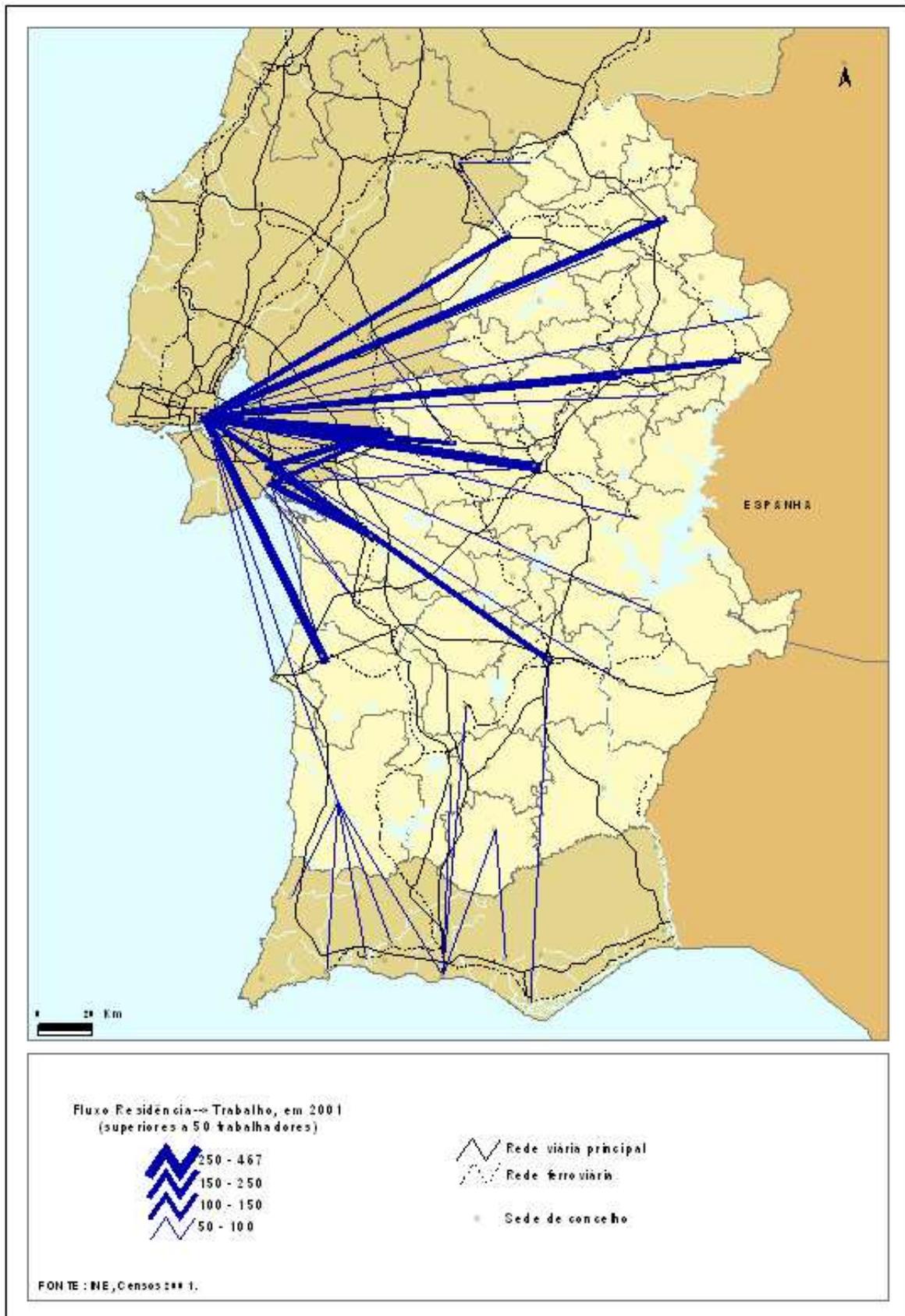


⁴ - os dados do Pessoal ao Serviço dizem respeito ao ano de 2004

Mapa 18 – Redes Intra-regionais: Fluxos Residência – Trabalho no Alentejo (2001)



Mapa 19 – Redes Inter-regionais: Fluxos Residência – Trabalho: Saídas do Alentejo (2001)



Mapa 20– Redes Inter-regionais: Fluxos Residência – Trabalho: Entradas no Alentejo (2001)

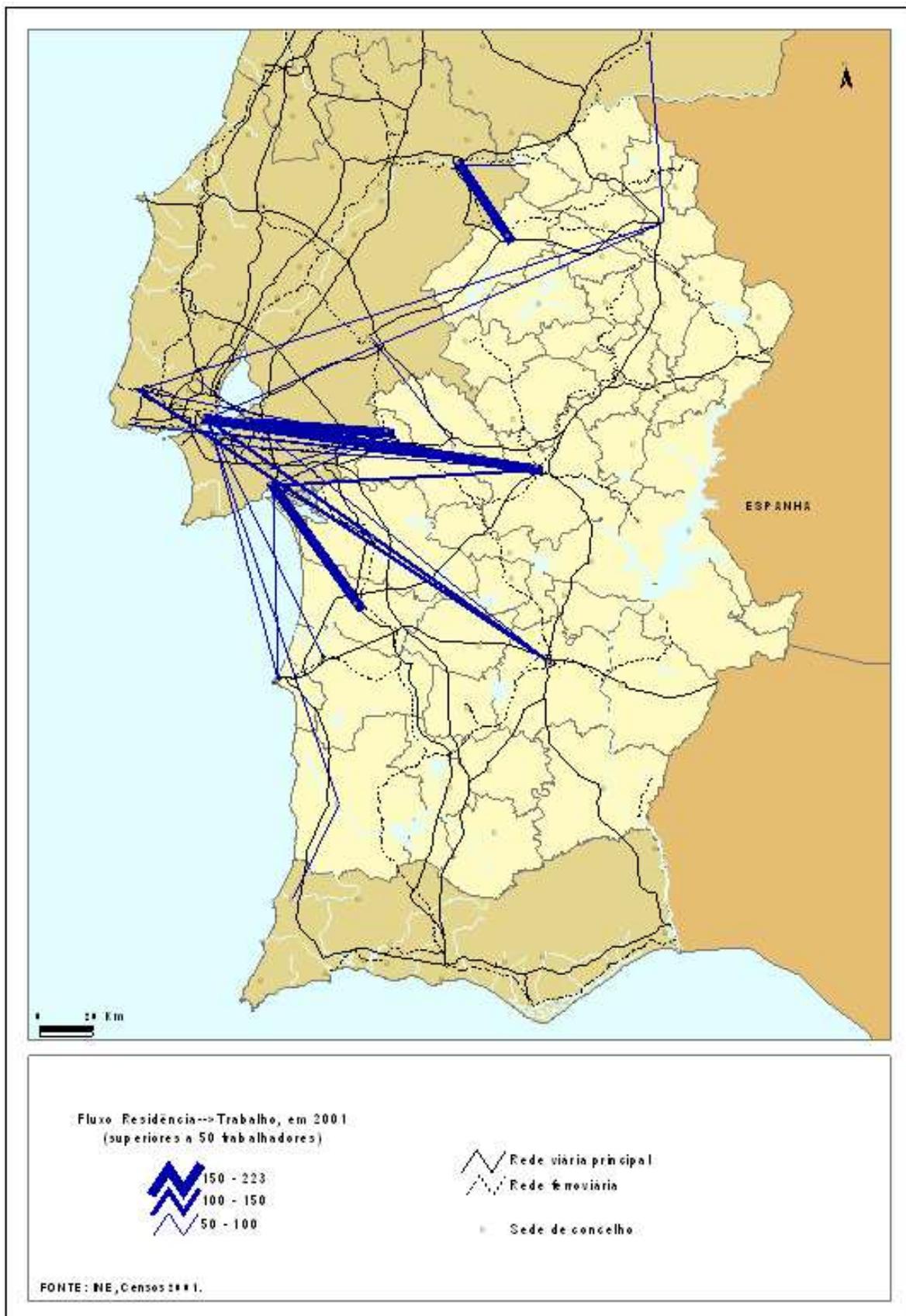


Tabela A 1 - Siglas Utilizadas na Designação das Regiões NUT II e NUT III nos gráficos dos Domínios das Actividades Agro-Florestais e das Actividades Não-Agrícolas

REGIÃO	SIGLA
NUT II	
NORTE	NOR
CENTRO	CNT
LISBOA VT	LVT
ALENTEJO	ALT
ALGARVE	ALG
NUT III	
Minho-Lima	MIL
Cávado	CAV
Ave	AVE
Grande Porto	GPT
Tâmega	TAM
Entre Douro e Vouga	EDV
Douro	DOU
Alto Trás-os-Montes	ATM
Baixo Vouga	BXV
Baixo Mondego	BXM
Pinhal Litoral	PIL
Pinhal Interior Norte	PIN
Dão-Lafões	DAL
Pinhal Interior Sul	PIS
Serra da Estrela	SER
Beira Interior Norte	BIN
Beira Interior Sul	BIS
Cova da Beira	COV
Oeste	OES
Grande Lisboa	GLB
Península de Setúbal	PST
Médio Tejo	MET
Lezíria do Tejo	LEZ
Alentejo Litoral	ALIT
Alto Alentejo	ALTA
Alentejo Central	ACT
Baixo Alentejo	BXAL
Algarve	ALG